

GPA *alimentando sonhos e vidas*



*Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.



minuto
Pão de Açúcar



extra
MERCADO



Índice

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras.....	03
Mensagem da administração.....	10
Relatório do Comitê de Auditoria.....	11
Declaração da diretoria sobre as demonstrações financeiras.....	15
Declaração da diretoria sobre o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	16
Demonstrações financeiras:	
Balancos patrimoniais.....	17
Demonstrações do resultado.....	19
Demonstrações do resultado abrangente.....	20
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	21
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	23
Demonstrações dos valores adicionados.....	25
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	26

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Brasileira de Distribuição

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Brasileira de Distribuição (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Brasileira de Distribuição em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (“IFRS Accounting Standards”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidade de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.6 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava capital circulante líquido consolidado negativo de R\$1.224 milhões, decorrente principalmente de empréstimos e financiamentos no valor de R\$1.700 milhões com vencimentos ao longo de 2026. Os planos da Diretoria com relação a esse assunto estão descritos na referida nota explicativa. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possuía saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (“ativos fiscais diferidos líquidos”) no montante de R\$1.671 milhões, principalmente oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A realização desses ativos depende da geração de lucros tributáveis futuros, os quais são baseados em mudanças esperadas em seu desempenho operacional, incluindo reestruturação de seus negócios, bem como a possibilidade de utilização desses créditos na liquidação de passivos tributários. Esse cenário exige julgamento relevante da Diretoria, especialmente em função do histórico recente de resultados negativos e do ambiente econômico do setor de varejo alimentar.

A recuperabilidade desses ativos fiscais diferidos líquidos foi considerada um principal assunto de auditoria em virtude: (i) da relevância dos valores envolvidos; (ii) do alto nível de complexidade relacionado ao processo de avaliação da Diretoria, o qual requer julgamento significativo e inclui premissas relevantes na geração de lucros tributáveis futuros; e (iii) da avaliação dos pedidos de regularização tributária em discussão com as autoridades fiscais.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nossos procedimentos de auditoria, entre outros, nós:

- Obtivemos entendimento dos principais controles internos para determinação, avaliação e reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos.
- Efetuamos a leitura do memorando técnico e das políticas contábeis que suportam o reconhecimento contábil do imposto de renda e da contribuição diferidos.
- Analisamos a razoabilidade dos principais dados e premissas utilizados pela Diretoria na estimativa de lucros tributáveis futuro.
- Avaliamos as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a avaliação da Diretoria sobre a realização de imposto de renda diferido e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Recuperabilidade de créditos tributários de PIS/COFINS

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possuía créditos tributários de Programa de Integração Social - PIS/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS no valor de R\$1.824 milhões na controladora e de R\$1.864 milhões no consolidado, cuja recuperabilidade depende da geração futura suficiente desses impostos a pagar, bem como a compensação com outros impostos e contribuições de natureza federal. Ao avaliar a recuperabilidade desses créditos tributários, a Diretoria usa projeções de receitas, custos e despesas, bem como outras informações, para estimar o tempo e a natureza da geração futura de impostos a pagar de natureza federal, que se baseiam em estimativas e premissas de desempenho futuro dos negócios e condições de mercado, incluindo expectativas de regulamentos fiscais aplicáveis.

A recuperabilidade desses créditos tributários foi considerada um principal assunto de auditoria em virtude: (i) da relevância dos valores envolvidos; e (ii) do alto nível de complexidade relacionado à legislação brasileira de impostos indiretos federais e do processo de avaliação da Diretoria, o qual requer julgamento significativo e inclui premissas relevantes na estimativa do tempo e montantes futuros desses impostos a pagar que poderiam ser afetados por condições e eventos econômicos ou de mercado.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nossos procedimentos de auditoria, entre outros, nós:

- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes sobre a avaliação da Diretoria da recuperabilidade desses créditos tributários, incluindo controles internos relevantes sobre as projeções preparadas pela Diretoria e aprovadas pelos órgãos de governança, usadas nessa avaliação de recuperabilidade.
- Avaliamos as premissas significativas usadas pela Diretoria na elaboração do plano de recuperabilidade e testamos a integridade e acurácia das informações subjacentes que suportam as premissas significativas.
- Com a assistência de nossos especialistas tributários, avaliamos a aplicação das leis tributárias utilizadas na avaliação da recuperabilidade.
- Testamos os dados utilizados pela Diretoria na determinação dos créditos tributários, comparando-os com dados internos e testando a integridade e acurácia dos cálculos.
- Avaliamos as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a avaliação da Diretoria sobre a realização dos créditos tributários e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisões e contingências tributárias

Por que é um PAA

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 20 e nº 21 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas são partes envolvidas em um número significativo de processos administrativos e judiciais na esfera tributária. Baseada em opiniões legais e com suporte de seus consultores jurídicos internos e externos, a Diretoria avalia a probabilidade de perda relacionada a esses processos administrativos e judiciais e registra provisões quando a probabilidade de perda é avaliada como provável e os valores podem ser estimados. Em 31 de dezembro de 2025, a Diretoria registrou provisões para demandas judiciais tributárias no montante de R\$901 milhões e provisão para imposto de renda e contribuição social por tratamentos incertos no montante de R\$53 milhões.

Ainda, a Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais tributários adicionais no montante de R\$11.058 milhões em 31 de dezembro de 2025, bem como são responsáveis por certos processos administrativos e judiciais tributários, em decorrência de acordos de indenização de operações de subsidiárias alienadas, totalizando R\$1.570 milhões, para os quais não foi registrada provisão por serem avaliados como perda possível.

A Companhia também possui discussões administrativas e judiciais sobre imposto de renda e contribuição, avaliados de acordo com a Interpretação Técnica IFRIC23/ICPC22 - Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre a Renda, no montante de R\$4.326 milhões, sendo que está sujeita a ser reembolsada por seus antigos e certos atuais acionistas em uma determinada discussão tributária, no valor de R\$1.923 milhões.

A avaliação e divulgação das provisões e contingências tributárias foram consideradas um principal assunto de auditoria em virtude: (i) de a Diretoria utilizar julgamento significativo para avaliar os méritos técnicos de cada processo administrativo ou judicial e a probabilidade e potenciais valores de perda, considerando a complexidade do ambiente tributário e legislação brasileira, incluindo a existência e interpretação de jurisprudência aplicável e julgamentos em curso; e (ii) de a avaliação da Diretoria também envolver assistência dos consultores jurídicos externos da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nossos procedimentos de auditoria, entre outros, nós:

- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes sobre a avaliação de processos administrativos e judiciais tributários, incluindo as premissas e os méritos técnicos das posições tributárias utilizadas na avaliação da probabilidade de perda, bem como o processo de mensuração, registro e divulgação dos valores relacionados às contingências tributárias.
- Efetuamos a leitura e o entendimento dos acordos de indenização celebrados pela Companhia.
- Testamos a integridade das demandas judiciais tributárias sujeitas à avaliação da Diretoria.
- Com a assistência de nossos especialistas tributários, desafiamos a avaliação da Diretoria sobre a probabilidade de perda estimada para uma amostra de contingências materiais, que incluíram:
 - Obtivemos um entendimento e avaliamos os julgamentos da Diretoria, os méritos técnicos e a documentação suporte dessa avaliação, incluindo a leitura e a avaliação de pareceres técnicos, opiniões legais ou outros documentos obtidos dos consultores jurídicos externos da Companhia.
 - Inspecionamos e avaliamos as respostas às confirmações externas enviadas aos principais consultores jurídicos da Companhia.
 - Desafiamos a avaliação da Diretoria usando nosso conhecimento e experiência com a aplicação de leis tributárias e evoluções jurisprudenciais nos ambientes regulatórios e tributários aplicáveis.
 - Testamos as premissas, informações subjacentes e acurácia do cálculo dos valores relacionados às provisões tributárias registradas e divulgações de contingências tributárias.
- Obtivemos representações formais dos executivos da Companhia.
- Avaliamos as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a avaliação da Diretoria sobre a valorização e as respectivas divulgações em notas explicativas das contingências tributárias são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (“IFRS Accounting Standards”), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Eduardo Franco Tenório
Contador
CRC nº 1 SP 216175/O-7

Mensagem do CEO

Assumi a liderança do GPA com entusiasmo pela relevância da Companhia e pela força de sua história, com consciência da responsabilidade do momento. Desde o primeiro dia, tenho estado próximo da operação, aprofundando o entendimento do negócio e dialogando diretamente com equipes, fornecedores, clientes, credores e acionistas.

O GPA reúne ativos relevantes, marcas consolidadas e uma base de clientes fiéis, apoiados por um time de mais de 37 mil colaboradores, fundamentais para a execução da estratégia. A Companhia está em um processo de evolução que exige foco, disciplina e consistência.

O quarto trimestre apresentou melhora em indicadores operacionais, com margem EBITDA ajustada de 10%, redução do prejuízo líquido e avanço na geração de caixa operacional. Esses resultados refletem os primeiros impactos da agenda de eficiência implementada ao longo do ano e reforçam o potencial de melhoria da performance da Companhia ao longo de 2026.

Nossa atuação está concentrada em três frentes claras: geração de caixa operacional, disciplina financeira e aprimoramento da experiência do cliente. Nessa agenda, mantemos uma atuação próxima e construtiva com nossos fornecedores, parceiros fundamentais para a entrega da nossa proposta de valor.

Estamos simplificando estrutura e processos, com redução de despesas e ganhos de agilidade, para tornar a Companhia mais eficiente e competitiva.

Seguiremos executando essa agenda com disciplina. O foco está na construção de uma evolução consistente e sustentável, trimestre a trimestre.

Alexandre Santoro
Diretor Presidente do GPA

Relatório do Comitê de Auditoria – Exercício 2025

Considerações Iniciais

O Comitê de Auditoria (“**Comitê**”) da Companhia Brasileira de Distribuição (“**Companhia**”) é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração.

As responsabilidades e atribuições dos diversos órgãos de governança que interagem com o Comitê de Auditoria, de acordo com os seus respectivos Regimentos Internos vigentes, estão identificadas no portal de Relações com Investidores da Companhia, acessível pelo seguinte endereço eletrônico:

<http://www.gpari.com.br/>

Atividades do Comitê em 2025

O Comitê reuniu-se, no ano de 2025, em 08 sessões, sendo 06 delas ordinárias, agendadas conforme calendário anual oficial, e as restantes extraordinárias, tendo perpassado pelos temas que são de sua competência, conforme previsto no Art. 12 de seu Regimento Interno vigente em 31 de dezembro de 2025, quais sejam:

- a) sugerir alterações ao seu Regimento Interno, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração;
- b) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente, para tanto cabendo ao Comitê, no mínimo:
 - (i) opinar sobre a contratação do auditor independente para prestação de qualquer outro serviço à Companhia; e
 - (ii) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar:
 - (1) a sua independência;
 - (2) a qualidade de serviços prestados; e
 - (3) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia.
- c) avaliar o relatório da administração, as demonstrações financeiras, as demonstrações intermediárias e as informações trimestrais da Companhia, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração, para tanto cabendo ao Comitê, no mínimo:
 - (i) monitorar a qualidade e integridade das informações trimestrais, das demonstrações financeiras intermediárias e das demonstrações financeiras da Companhia; e
 - (ii) monitorar a qualidade e integridade das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras.
- d) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- e) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimento relacionados com:
 - (i) a remuneração da administração;
 - (ii) a utilização de ativos da Companhia;
 - (iii) as despesas incorridas em nome da Companhia; e
 - (iv) aderência às práticas de governança corporativa e gestão;

- f) verificar o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas manifestações;
- g) avaliar a observância, pela Diretoria da Companhia, das recomendações feitas pelas auditorias independente e interna, bem como se pronunciar junto ao Conselho de Administração quanto a eventuais conflitos entre a auditoria interna, a externa e/ou a Diretoria da Companhia;
- h) avaliar, monitorar, e recomendar ao Conselho de Administração da Companhia a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas, podendo reunir-se com os diversos Comitês e com o Conselho de Administração para discutir tais políticas, bem como as práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;
- i) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, e que deve ser mantido na sede social da Companhia e à disposição da CVM, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
 - (i) as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos;
 - (ii) a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da Companhia;
 - (iii) a descrição das recomendações apresentadas à administração da Companhia e as evidências de sua implementação;
 - (iv) a avaliação da efetividade das auditorias independente e interna;
 - (v) a avaliação da qualidade dos relatórios financeiros, de controles internos e de gerenciamento de riscos referentes ao período; e
 - (vi) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia;
- j) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos da Companhia, inclusive os regulamentos e os normativos internos aplicáveis à Companhia e os procedimentos específicos de proteção ao prestador e da confidencialidade da informação;
- k) avaliar e monitorar os mecanismos de controle e verificação do cumprimento da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e seus regulamentos pela Companhia; e
- l) opinar sobre quaisquer outras matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem como sobre aquelas que considerar relevantes.

As reuniões contaram com a presença de membros da Diretoria, da auditora interna e outros gestores da Companhia. Os auditores independentes estiveram presentes em 07 reuniões do Comitê.

Com base nas análises das informações prestadas pela Gestão da Companhia e pela Auditoria Independente, bem como no acompanhamento das atividades da Diretoria de Gestão de Riscos, Auditoria Interna, Corporate Forensic, Controles Internos, Compliance e Ouvidoria, o Comitê concluiu que todos os temas relevantes foram dados a conhecer e estão adequadamente divulgados no Relatório da Administração, nas Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as quais foram devidamente auditadas pelo auditor independente Deloitte Touche Tohmatsu (DTT).

Ademais, o Comitê de Auditoria destaca que o relatório preparado pela DTT referente às demonstrações financeiras de 2025 inclui parágrafo específico relacionado à continuidade operacional da Companhia, com o seguinte teor

“Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.6 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava capital circulante líquido consolidado negativo de R\$1.224 milhões, decorrente principalmente de empréstimos e financiamentos no valor de R\$1.700 milhões com vencimentos ao longo de 2026. Os planos da Diretoria com relação a esse assunto estão descritos na referida nota. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.”

Referido parágrafo foi devidamente discutido com a Administração e com os próprios auditores independentes no âmbito dos trabalhos de auditoria.

Por fim, o Comitê recomenda que as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 sejam encaminhadas para deliberação e aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2026.

Ricardo Baldin
Coordenador

Décio Chaves Rodrigues

Gustavo Jeronimo Viana Lobato Gonçalves

Luiz Nelson Porto de Araújo

Pareceres e Declarações/ Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente.

O Conselho Fiscal da Companhia, cumprindo com os deveres estatutários e legais, com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia e pelos auditores independentes, os membros titulares do Conselho Fiscal, abaixo assinados, opinaram pela aprovação em Assembleia Geral do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

Marcílio Amato Vaz de Melo – Membro titular
Rômulo Santos Siqueira – Membro titular
David Rosa Alegre – Membro titular

Declaração da diretoria sobre as demonstrações financeiras

Em conformidade com o inciso VI, do § 1º, do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2025, autorizando a conclusão nesta data.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.

Diretoria

Alexandre Santoro

Diretor Presidente e Diretor Interino Vice-presidente de Finanças



Declaração da diretoria sobre o relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Em conformidade com o inciso V, do § 1º, do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2025, emitido nesta data.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.

Diretoria

Alexandre Santoro

Diretor Presidente e Diretor Interino Vice-presidente de Finanças

Companhia Brasileira de Distribuição



Balanços Patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhões de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.751	2.106	1.990	2.631
Aplicações Financeiras	7	24	15	24	15
Contas a receber	8	199	368	285	408
Outras contas a receber	9	69	38	70	47
Estoques	10	1.963	2.014	1.963	2.014
Tributos a recuperar	11	687	598	736	647
Partes relacionadas	12	64	-	54	-
Outros ativos circulantes		362	229	365	232
		5.119	5.368	5.487	5.994
Ativos mantidos para venda ou distribuição	32	370	114	373	122
Total do ativo circulante		5.489	5.482	5.860	6.116
Não circulante					
Outras contas a receber	9	838	841	838	841
Tributos a recuperar	11	1.877	2.364	1.878	2.368
Instrumentos financeiros derivativos	18.2	36	23	36	23
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	1.671	1.157	1.691	1.184
Partes relacionadas	12	5	13	5	5
Depósitos judiciais	21.7	220	329	223	332
Outros ativos não circulantes		136	139	136	140
Investimentos em controladas e associadas	13	391	1.334	-	804
Imobilizado	14	6.134	6.142	6.136	6.146
Intangíveis	15	1.556	1.677	1.623	1.744
Total do ativo não circulante		12.864	14.019	12.566	13.587
Total do ativo		18.353	19.501	18.426	19.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Brasileira de Distribuição



Balancos Patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhões de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Passivo circulante					
Fornecedores	16	2.933	2.942	3.014	2.976
Fornecedores convênio	16	382	372	382	372
Empréstimos e financiamentos	17	1.700	849	1.700	849
Passivo de arrendamento	22	459	454	459	451
Salários e encargos sociais		318	419	335	437
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	18	68	23	72
Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados	19	350	380	355	385
Partes relacionadas	12	19	52	-	6
Financiamento por compra de ativos		80	156	80	156
Receitas a apropriar	23	25	30	161	173
Outros passivos circulantes		474	343	497	362
		6.758	6.065	7.006	6.239
Passivos sobre ativos mantidos para venda ou distribuição	32	71	106	78	117
Total do passivo circulante		6.829	6.171	7.084	6.356
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	2.402	3.196	2.402	3.196
Passivo de arrendamento	22	3.910	3.873	3.911	3.877
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	76	286	76	286
Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados	19	623	625	623	625
Partes relacionadas	12	206	-	-	-
Provisão para demandas judiciais	21	2.057	2.038	2.062	2.042
Receitas a apropriar	23	38	59	38	59
Outros passivos não circulantes		106	327	106	327
Total do passivo não circulante		9.418	10.404	9.218	10.412
Patrimônio Líquido atribuído aos acionistas controladores					
	24				
Capital social		2.511	2.511	2.511	2.511
Reservas de capital		(60)	(63)	(60)	(63)
Reservas de lucros		(344)	479	(344)	479
Outros resultados abrangentes		(1)	(1)	(1)	(1)
		2.106	2.926	2.106	2.926
Participação de acionistas não controladores		-	-	18	9
Total do patrimônio líquido		2.106	2.926	2.124	2.935
Total do passivo e patrimônio líquido		18.353	19.501	18.426	19.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Brasileira de Distribuição



Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhões de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Receita de venda de bens e serviços	25	18.949	18.663	19.113	18.790
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	26	(13.809)	(13.584)	(13.845)	(13.618)
Lucro bruto		5.140	5.079	5.268	5.172
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas com vendas	26	(3.071)	(3.037)	(3.079)	(3.040)
Gerais e administrativas	26	(543)	(591)	(605)	(648)
Depreciação e amortização		(1.023)	(1.027)	(1.044)	(1.045)
Resultado de equivalência patrimonial	13	116	101	60	64
Outras despesas operacionais, líquidas	27	(767)	(939)	(769)	(939)
		(5.288)	(5.493)	(5.437)	(5.608)
(Prejuízo) operacional		(148)	(414)	(169)	(436)
Resultado financeiro líquido	28	(1.329)	(1.291)	(1.264)	(1.241)
(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.477)	(1.705)	(1.433)	(1.677)
Imposto de renda e contribuição social	20	828	36	791	12
(Prejuízo) líquido das operações continuadas		(649)	(1.669)	(642)	(1.665)
(Prejuízo) líquido das operações descontinuadas	33	(175)	(738)	(173)	(738)
(Prejuízo) líquido do exercício		(824)	(2.407)	(815)	(2.403)
Atribuível aos:					
Acionistas controladores da Companhia				(824)	(2.407)
Acionistas não controladores				9	4
				(815)	(2.403)
				31.12.2025	31.12.2024
(Prejuízo) líquido atribuível aos acionistas controladores por ação (Média ponderada do exercício – R\$)	29				
Básico				(1,68083)	(5,39528)
Diluído				(1,68083)	(5,39528)
(Prejuízo) líquido das operações continuadas por ação	29				
Básico				(1,32794)	(3,74106)
Diluído				(1,32794)	(3,74106)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Brasileira de Distribuição

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhões de reais)



	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
(Prejuízo) líquido do exercício	(824)	(2.407)	(815)	(2.403)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado				
Outros resultados abrangentes	-	1	-	1
Resultado abrangente do exercício	(824)	(2.406)	(815)	(2.402)
Atribuível aos:				
Acionistas controladores da Companhia			(824)	(2.406)
Acionistas não controladores			9	4
			(815)	(2.402)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Brasileira de Distribuição

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhões de reais)



	Reservas de capital				Reservas de lucros				Lucros (prejuízo) acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio atribuído aos acionistas controlado- res	Participação de acionistas não controladores	Total
	Capital social	Outras reservas	Opções de compra	Ações em tesouraria	Legal	Expan- são	Reten- ção de lucros	Reserva de Subvenção					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.807	-	26	(1)	190	625	1.931	2.584	(2.443)	(2)	4.717	5	4.722
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.407)	-	(2.407)	4	(2.403)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.407)	1	(2.406)	4	(2.402)
Aumento de capital	704	-	-	-	-	-	-	-	-	-	704	-	704
Opções de ações outorgadas (nota 24)	-	-	14	-	-	-	-	-	-	-	14	-	14
Custo oferta pública de ações	-	(103)	-	-	-	-	-	-	-	-	(103)	-	(103)
Compensação prejuízo de anos anteriores	-	-	-	-	-	(512)	(1.931)	-	2.443	-	-	-	-
Compensação prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(113)	-	(2.294)	2.407	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.511	(103)	40	(1)	190	-	-	290	-	(1)	2.926	9	2.935

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Brasileira de Distribuição

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhões de reais)



	Reservas de capital				Reservas de lucros					Outros resultados abrangentes	Patrimônio atribuído aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total
	Capital social	Outras reservas	Opções de compra	Ações em tesouraria	Legal	Expansão	Retenção de lucros	Reserva de Subvenção	Lucros (prejuízo) acumulados				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.511	(103)	40	(1)	190	-	-	290	-	(1)	2.926	9	2.935
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(824)	-	(824)	9	(815)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(824)	-	(824)	9	(815)
Opções de ações outorgadas (nota 24)	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3
Compensação do prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(291)	291	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.511	(103)	43	(1)	190	-	-	-	(533)	(1)	2.106	18	2.124

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Brasileira de Distribuição



Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhões de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
(Prejuízo) líquido do exercício		(824)	(2.407)	(815)	(2.403)
Ajuste para reconciliação do lucro líquido:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.6	(804)	(106)	(798)	(105)
Ganho na alienação do imobilizado e intangível		58	364	62	362
Depreciação e amortização	14.3 e 15.2	1.133	1.149	1.153	1.167
Juros e variações monetárias		946	1.318	936	1.334
Ajuste a valor presente		(2)	(1)	(2)	(1)
Resultado de equivalência patrimonial	13.4	(116)	(101)	(60)	(64)
Provisão para demandas judiciais	21.2	496	824	496	824
Provisão para baixas e perdas		(12)	-	(12)	-
Pagamento baseado em ações		3	14	3	14
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa		2	2	2	2
Provisão para obsolescência e quebra	10.2. b	(2)	(25)	(2)	(25)
Receita a apropriar		(24)	(21)	(24)	(21)
Baixa de passivo de arrendamento	22.3	(122)	(135)	(127)	(135)
Outras despesas/receitas operacionais		(109)	235	(109)	235
Ganho/Perda na venda de subsidiária		-	-	-	1
Impairment do investimento - Bellamar	13.4	527	-	527	-
		1.150	1.110	1.230	1.185
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		160	50	121	48
Estoques		61	(55)	60	(55)
Tributos a recuperar		553	602	558	599
Outros ativos		(65)	(99)	(59)	(59)
Partes relacionadas		289	78	(56)	39
Depósitos judiciais		119	159	119	160
Fornecedores		2	266	38	247
Fornecedores - Convênio		10	(151)	10	(151)
Salários e encargos sociais		(101)	51	(100)	55
Impostos e contribuições a recolher		219	(245)	222	(242)
Imposto de renda e contribuição social, pagos		-	-	(9)	(2)
Pagamento de demandas judiciais		(672)	(531)	(672)	(531)
Receita recebida a apropriar		(40)	86	(46)	105
Demais contas a pagar		(84)	(165)	(81)	(159)
Dividendos recebidos		17	124	17	124
		468	170	122	178
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.618	1.280	1.352	1.363

Companhia Brasileira de Distribuição



Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhões de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de bens do ativo imobilizado	14.6	(530)	(607)	(531)	(608)
Aumento do ativo intangível	15.4	(80)	(78)	(100)	(95)
Venda de bens do imobilizado		132	273	133	280
Caixa recebido na venda de subsidiárias		-	-	(2)	-
Caixa líquido de incorporações		-	-	2	-
Aplicação Financeira		(9)	483	(9)	761
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos		(487)	71	(507)	338
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital		-	659	-	659
Captações	17.3	1.138	1.829	1.138	1.829
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	17.3	(1.275)	(2.598)	(1.275)	(2.598)
Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	17.3	(400)	(1.051)	(400)	(1.051)
Pagamentos de passivo de arrendamento e juros	22.3	(902)	(851)	(902)	(853)
Outros	22.3	(47)	(27)	(47)	(27)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos		(1.486)	(2.039)	(1.486)	(2.041)
(Diminuição) líquido no caixa e equivalentes de caixa					
		(355)	(688)	(641)	(340)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.106	2.794	2.631	2.971
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1.751	2.106	1.990	2.631

As principais transações como efeitos não caixa estão divulgadas na nota 31.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Brasileira de Distribuição



Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhões de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Receitas				
Vendas de mercadorias e prestação de serviços	20.453	19.910	20.631	20.048
Perda com créditos de liquidação duvidosa	1	(38)	1	(38)
Outras receitas	189	414	188	419
	20.643	20.286	20.820	20.429
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias vendidas	(13.540)	(13.197)	(13.575)	(13.228)
Materiais, energia, serviços terceiros e outros	(2.129)	(2.993)	(2.165)	(3.029)
Perda/Recuperação de valores de ativos	(527)	-	(527)	-
	(16.196)	(16.190)	(16.267)	(16.257)
Valor adicionado bruto	4.447	4.096	4.553	4.172
Retenções				
Depreciação e amortização	(1.129)	(1.143)	(1.150)	(1.161)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	3.318	2.953	3.403	3.011
Recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	116	101	60	64
Receitas financeiras	379	192	439	248
Outros (resultado de operações descontinuadas)	(175)	(738)	(173)	(738)
	320	(445)	326	(426)
Valor adicionado total a distribuir	3.638	2.508	3.729	2.585
Colaboradores	2.610	2.746	2.654	2.791
Remuneração direta	1.569	1.571	1.595	1.595
Benefícios	292	340	294	343
F.G.T.S.	151	148	154	150
Outros	598	687	611	703
Impostos, taxas e contribuições	139	676	186	700
Federais	(525)	(391)	(474)	(363)
Estaduais	638	886	634	882
Municipais	26	181	26	181
Financiadores externos	1.713	1.493	1.704	1.497
Juros	1.703	1.488	1.694	1.492
Aluguéis	10	5	10	5
Remuneração capitais próprios	(824)	(2.407)	(815)	(2.403)
Lucros retidos	(824)	(2.407)	(824)	(2.407)
Participação de acionistas não controladores	-	-	9	4
Valor adicionado total distribuído	3.638	2.508	3.729	2.585

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações corporativas

A Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia" ou "CBD"), diretamente ou por meio de suas subsidiárias ("Grupo" ou "GPA"), atua no segmento varejista de alimentos e outros produtos por meio de sua cadeia de supermercados e lojas especializadas, principalmente sob as bandeiras "Pão de Açúcar", "Minuto Pão de Açúcar", "Extra Mercado" e "Minimercado Extra". Sua sede social está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

As ações da Companhia são negociadas no nível de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3")) denominado Novo Mercado, sob o código "PCAR3". Além disso, subsequentemente a deslistagem da Bolsa de Valores de Nova York (nota 1.2), aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2024 as ADSs da Companhia (ADR nível I) passaram a ser negociadas no mercado de balcão dos EUA ("Over-the-Counter" ou "OTC"), sob o código "CBDBY".

Até 18 de abril de 2024, a Companhia era controlada diretamente pela Ségisor, tendo como controlador final o Casino Guichard-Perrachon ("Casino"). Em decorrência da oferta pública primária de ações (Nota 1.1), o Casino deixou de ser o acionista controlador, passando a Companhia a ser uma sociedade de capital aberto sem controlador definido.

Ao longo do ano de 2025, os Srs. André Luiz Coelho Diniz, Alex Sandro Coelho Diniz, Fábio Coelho Diniz, Henrique Mulford Coelho Diniz e Helton Coelho Diniz ("Grupo Coelho Diniz"), por meio de uma série de aquisições de ações da Companhia realizadas no ambiente de negociação da B3, passaram a deter participação societária relevante na Companhia.

Assim, os acionistas com influência significativa sobre a Companhia, em 31 de dezembro de 2025, são Grupo Coelho Diniz e o Grupo Casino com participação acionária de 24,6% e 22,5%, respectivamente, e ambos com representação no Conselho de Administração.

1.1 Oferta primária de ações

Em 13 de março de 2024, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de 220.000.000 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, ao preço por ação de R\$3,20, perfazendo, portanto, o montante total da oferta de R\$704. O custo desta transação foi de R\$103, e inclui os custos com assessores, advogados, bancos e premiações extraordinárias a administradores e colaboradores.

Em razão do aumento do capital social da Companhia no âmbito da Oferta, o capital social da Companhia pós-Oferta passou a ser de R\$2.511, dividido em 490.796.962 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As Ações objeto da Oferta passaram a ser negociadas na B3 em 15 de março de 2024 e a liquidação física e financeira das ações ocorreu no dia 18 de março de 2024. Os recursos líquidos provenientes da Oferta, integral e exclusivamente, foram utilizados para redução da sua alavancagem financeira, por meio do pré-pagamento de contratos financeiros mantidos com instituições financeiras.

1.2 Processo de deslistagem na NYSE e cancelamento na SEC

Em 29 de março de 2024, o Conselho de Administração aprovou a deslistagem das ADSs da Companhia da NYSE, decisão restrita exclusivamente a essas ADSs. As ações ordinárias permanecem listadas e negociadas na B3. A decisão considerou: (i) o reduzido volume de negociação das ADSs em relação ao volume total das ações; (ii) a ausência histórica de captações via NYSE; e (iii) os custos relevantes de manutenção da listagem e do registro junto à SEC, bem como do cumprimento das obrigações regulatórias associadas.

Após o cumprimento dos requisitos legais, o Formulário 25F foi protocolado na SEC dentro do prazo apropriado, encerrando a listagem na NYSE e iniciando o processo de encerramento das obrigações regulatórias.

Em 18 de Abril de 2025, a Companhia protocolou o Formulário 15F para concluir o cancelamento do registro junto à SEC. Decorrido o prazo legal de 90 dias sem manifestação contrária da SEC, o registro foi definitivamente encerrado, extinguindo-se todas as obrigações de divulgação aplicáveis.

1.3 Venda dos postos de combustíveis

Em 23 de fevereiro de 2024, a Administração comunicou ao mercado os avanços em seu plano de redução da alavancagem financeira, por meio da venda de ativos *non core* e da melhoria da eficiência na alocação de capital.

A operação de postos do Estado de São Paulo, que representa a maior parte do valor total dessa transação, tem como compradora uma empresa do Grupo Ultra e foi concluída em 26 de junho de 2024 com a assinatura do contrato para a venda dos 49 postos localizados neste Estado. As demais operações, distribuídas em 8 Estados, foram adquiridas por outros compradores. Até a efetiva transferência, os postos em operação permanecem sob gestão do GPA, inclusive quanto à apropriação dos resultados.

A venda dos 69 postos de combustíveis da Companhia, localizados em diversas regiões do Brasil, apresenta um valor total aproximado de R\$200, que serão pagos da seguinte forma: (i) R\$160 já recebidos até o final de dezembro de 2025; e (ii) cerca de R\$40 a receber, condicionados ao cumprimento de condições precedentes para a transferência definitiva dos ativos. O impacto no resultado do período foi de R\$54. Inicialmente, a transação contemplava 71 postos, porém (i) o posto do Galeão no Rio de Janeiro foi descontinuado e excluído do escopo da transação, sem impacto relevante nos valores acordados e; (ii) o posto de Teresina no Piauí também foi excluído do escopo da transação, no entanto, segue em operação pela Companhia até que a venda dos demais postos seja concretizada. Nenhuma das exclusões trazem impacto relevante nos valores acordados.

Os ativos líquidos e os passivos líquidos dos postos de combustíveis estão classificados como mantidos para venda, e o resultado operacional dos postos é apresentado como operação descontinuada, nos termos do CPC 31 / IFRS 5.

1.4 Venda da participação na FIC

Em 5 de dezembro de 2025, a Companhia celebrou contrato com o Itaú Unibanco Holding S.A. ("IUH") para a alienação da totalidade das ações da Bellamar de sua titularidade. Com a conclusão dessa transação, a Companhia encerrará sua participação comercial com a Financeira Itaú CBD S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (FIC).

O preço de venda acordado para as ações da Bellamar é de R\$260, a ser liquidado à vista na data de fechamento da operação ("Data de Fechamento"), após o cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a obtenção das aprovações dos órgãos regulatórios competentes. Referido preço está sujeito a ajustes específicos, a serem apurados e realizados entre a data de celebração do contrato e a Data de Fechamento. A aprovação regulatória do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE foi obtida em 05 de janeiro de 2026.

Com a assinatura do contrato, a Companhia classificou o investimento na Bellamar como Ativo Mantido para Venda, nos termos do CPC 31 / IFRS 5 – Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, tendo o referido investimento sido reclassificado para uma linha específica no balanço patrimonial. A Companhia avaliou que a alienação não caracteriza uma operação descontinuada e, portanto, os resultados da Bellamar não foram apresentados como tal.

Na data da classificação como ativo mantido para venda, foi reconhecida no resultado uma perda no montante de R\$527, correspondente à diferença entre o valor justo do investimento e o preço de venda acordado. Adicionalmente, a Companhia reconheceu ativo fiscal diferido no montante de R\$179, registrado com o objetivo de compensar o passivo de imposto de renda diferido constituído anteriormente na reavaliação a valor justo, considerando que a tributação do ganho ou perda ocorrerá por ocasião do fechamento da transação.

1.5 Processos arbitrais

1.5.1 Procedimento arbitral – pedido de constituição de garantias

A Sendas Distribuidora S.A. (“Sendas”) ajuizou “Medida Cautelar” com pedido liminar, em caráter antecedente à instauração de procedimento arbitral, requerendo, em síntese: (a) a indisponibilidade das ações de emissão da Companhia detidas, direta ou indiretamente, pelo acionista Casino Guichard Parracho (“Casino”) ou, alternativamente, que eventual alienação dessas ações fique condicionada ao depósito judicial do valor correspondente à eventual alienação ou à prestação de garantia idônea em favor da Companhia; e (b) que a Companhia apresente garantias suficientes para manter Sendas indene quanto a contingências tributárias da Companhia anteriores à cisão concluída em 31 de dezembro de 2020. O juízo da 3ª Vara Empresarial do Estado de São Paulo proferiu decisão indeferindo, em sua integralidade, a tutela de urgência requerida por Sendas nos autos do procedimento cautelar pré-arbitral (“Medida Cautelar”) rejeitando, portanto, todos os pedidos apresentados, inclusive o de que a Companhia apresentasse garantias em valor correspondente as contingências tributárias da Companhia relativas a período anterior à cisão concluída em 31 de dezembro de 2020, bem como lista de bens livres de ônus de sua propriedade para fazer frente a potenciais novos débitos tributários. A decisão ainda está sujeita a recurso. Neste ínterim, Sendas instaurou procedimento arbitral com mesmos pleitos da “Medida Cautelar”, o qual está em curso e não há, até a presente data, decisão sobre o mérito das demandas ou sobre a obrigação de constituição das garantias requeridas.

1.5.2 Procedimento arbitral – IRPJ

A Companhia instaurou requerimento de arbitragem em face do acionista Casino com o objetivo de preservar os direitos e garantias da Companhia, relativamente a processos de cobrança de diferenças no recolhimento de IRPJ em relação aos anos calendários de 2007 e 2013, por conta de alegada dedução indevida de amortizações de ágio. A arbitragem ainda está em curso em fase inicial e a Companhia registrou em partes relacionadas (nota 12.2) o valor de R\$54 correspondente a despesas definitivas de uma das autuações. Os demais casos vinculados à discussão arbitral estão descritos na nota 20.3.

1.5.3 Procedimentos arbitrais - Grupo Casas Bahia

A Companhia faz parte de procedimentos arbitrais e processos relacionados a obrigações assumidas no âmbito de acordo de associação e a superveniências passivas decorrentes de ações trabalhistas, cíveis e regulatórias da antiga Globex, atualmente parte do Grupo Casas Bahia S.A. (“GCB”), bem como procedimento arbitral em curso referente a saldo remanescente de indenização por perdas e danos, cujos valores envolvidos encontram-se registrados no passivo ou provisionados contabilmente, conforme, conforme aplicável. Em dezembro de 2025 houve publicação da sentença arbitral, em uma das arbitragens, em formato definitivo, reconhecendo o pagamento de indenização da Companhia para o GCB de um valor aproximado de R\$170, tal montante está registrado na rubrica “Outros Passivos Circulantes”.

1.6 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava déficit de capital circulante líquido de aproximadamente R\$ 1.224, decorrente principalmente de empréstimos e debêntures com vencimento em 2026 no montante de R\$ 1.700. Apesar de melhora nos principais indicadores operacionais, bem como geração positiva recorrente de caixa operacional, a Companhia continua apurando prejuízo no período. Estas condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Companhia.

Com o objetivo de mitigar os riscos associados ao capital circulante negativo e aos vencimentos relevantes previstos para 2026, a Administração vem adotando um conjunto de iniciativas que incluem negociações para o alongamento de prazos de dívidas financeiras, redução do custo financeiro e de despesas e monetização de créditos tributários. A Companhia atualmente não possui contratos firmados para renegociação das dívidas e vendas de créditos tributários, sendo que estas ações e os termos de eventuais contratos a serem firmados não estão totalmente sob o controle da Administração.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional, que contempla a realização de ativos e a liquidação de passivos no curso normal dos negócios. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes para refletir os possíveis efeitos futuros sobre a recuperabilidade e a classificação de ativos ou sobre os valores e classificações de passivos que possam resultar da incerteza relacionada à capacidade da Companhia de continuar operando normalmente.

A Administração seguirá monitorando a execução das iniciativas e a evolução dos indicadores de liquidez, adotando tempestivamente ações adicionais que se façam necessárias.

2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Contábeis Internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), bem como com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo a Lei nº 6.404/76 e os pronunciamentos técnicos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados a valor justo, e divulgam exclusivamente informações relevantes, em linha com aquelas utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas têm o Real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e estão expressas em milhões de reais. As informações nelas contidas foram elaboradas com base no custo histórico das transações, exceto por determinados instrumentos financeiros, que são mensurados ao valor justo, conforme aplicável.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem todas as subsidiárias sobre as quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto, conforme o CPC 36 (R3) / IFRS 10. As subsidiárias elaboram suas demonstrações financeiras na mesma data-base da Companhia e com políticas contábeis consistentes. Todos os saldos e transações intragrupo, incluindo receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos, são integralmente eliminados.

Alterações na participação societária em subsidiárias que não resultem em perda de controle são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Nas demonstrações financeiras individuais, as participações são mensuradas com base no percentual devido pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as controladas são integralmente consolidadas, com a participação dos não controladores apresentada separadamente no patrimônio líquido e na demonstração do resultado.

As demonstrações dos fluxos de caixa incluem as operações continuadas e descontinuadas, em conformidade com o CPC 31 / IFRS 5.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2026.

3. Principais políticas contábeis materiais

As principais políticas materiais e práticas contábeis estão descritas em cada nota explicativa correspondente, exceto as práticas contábeis abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3.1 Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas subsidiárias assumem direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e/ou suas subsidiárias assumem obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte. Passivos financeiros são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia e suas subsidiárias comprometem-se a comprar ou vender o ativo.

(i) Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado, valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA") ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar, de forma irrevogável, por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Essa opção é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros que não sejam classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). Essa categoria inclui todos os instrumentos financeiros derivativos.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar, de forma irrevogável, um ativo financeiro que de outra forma, atenderia aos critérios para mensuração ao custo amortizado, VJORA ou VJR, como mensurado ao valor justo por meio do resultado, quando tal designação eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria, conforme permitido pelo CPC 48 / IFRS 9.

Um ativo financeiro — exceto por uma conta a receber de clientes sem componente de financiamento significativo — é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, no caso de ativos não mensurados ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição.

Ativos financeiros mensurados a VJR - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução

ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao VJORA - Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

(ii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; ou
- A Companhia e suas subsidiárias transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente tais fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse (*pass-through arrangement*), e: (a) transferem substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo; ou (b) não transferem nem retêm substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo, mas transferem o controle do ativo.

Quando a Companhia e suas subsidiárias transferem os direitos de recebimento dos fluxos de caixa de um ativo financeiro ou celebram um acordo de repasse, sem terem transferido nem retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo, nem transferido o controle do ativo, o ativo não é desreconhecido. Nessa situação, a Companhia reconhece um passivo financeiro correspondente.

O ativo transferido e o passivo financeiro correspondente são mensurados de forma que reflitam os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas subsidiárias, caracterizando envolvimento continuado no ativo financeiro transferido.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro junto ao mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou quando os termos de um passivo financeiro existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro. A diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados de forma líquida nas demonstrações financeiras, somente quando existe um direito legalmente exigível de compensar os valores reconhecidos e haja a intenção de liquidar em base líquida ou de realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps de taxas de juros e swaps de variação cambial, com o objetivo de proteger-se contra riscos financeiros relacionados, principalmente, à variação cambial e às taxas de juros.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data da contratação e, posteriormente, remensurados ao valor justo ao final de cada período de reporte, sendo classificados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo.

Os ganhos e perdas decorrentes das variações no valor justo dos derivativos são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando os instrumentos são designados e qualificados como hedge, nos termos do CPC 48 / IFRS 9.

No início de cada relação de hedge, a Companhia designa e documenta formalmente o instrumento de hedge, o item protegido, o risco objeto de hedge e a forma de avaliação da eficácia da relação de hedge.

A Companhia avalia continuamente se as relações de hedge atendem aos requisitos para a aplicação da contabilidade de hedge.

As operações qualificadas como hedge de valor justo são contabilizadas com o reconhecimento, no resultado, tanto da variação do valor justo do instrumento derivativo quanto da variação do valor justo do item protegido atribuível ao risco objeto de hedge.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para fins de proteção, limitados a até 100% das exposições aos riscos identificados, não realizando operações com derivativos para fins especulativos.

Hedge de fluxo de caixa

Os instrumentos derivativos são registrados como hedge de fluxo de caixa, em conformidade com o CPC 48 / IFRS 9, observando-se os seguintes procedimentos:

- A parcela eficaz do ganho ou da perda do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Caso a relação de hedge deixe de atender aos critérios de eficácia quantitativa, mas o objetivo de gerenciamento de risco permaneça inalterado, a Companhia procede ao “reequilíbrio” do índice de hedge, de forma a restabelecer o atendimento aos critérios de qualificação.
- Qualquer ganho ou perda excedente do instrumento de hedge, inclusive aqueles decorrentes do reequilíbrio da relação de hedge, é caracterizado como inefetividade e reconhecido imediatamente no resultado do período.
- Os valores reconhecidos em ORA são reclassificados para o resultado no mesmo período em que a transação objeto de hedge afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira protegida for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de hedge corresponder ao custo de um ativo ou passivo não financeiro, os montantes reconhecidos em ORA são incorporados ao valor contábil inicial do respectivo ativo ou passivo.
- A Companhia descontinua prospectivamente a contabilização de hedge apenas quando a relação de hedge deixar de atender aos critérios de qualificação, após considerados eventuais ajustes decorrentes do reequilíbrio da relação de proteção.
- Quando a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme deixar de ser provável, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido em ORA são imediatamente transferidos para o resultado. Caso o instrumento de hedge expire, seja vendido, encerrado, exercido sem substituição ou rolagem, ou tenha sua designação como hedge revogada, os ganhos ou perdas acumulados em ORA permanecem registrados no patrimônio líquido até que a transação prevista ou o compromisso firme afetem o resultado.

Perda no valor recuperável de ativos financeiros

O CPC 48 substituiu o modelo de perda incorrida do CPC 38 pelo modelo de perda de crédito esperada, aplicável aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, aos ativos contratuais e aos instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por outros resultados abrangentes (VJORA). O modelo não se aplica a instrumentos patrimoniais nem a ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

De acordo com o modelo, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas esperadas para 12 meses, quando não houver aumento significativo do risco de crédito;
- Perdas esperadas para a vida inteira, quando houver aumento significativo do risco de crédito ou no modelo simplificado;
- Expediente prático, com base em informações razoáveis e suportáveis, considerando perdas históricas ajustadas por condições atuais e expectativas econômicas futuras.

A Companhia mensura a provisão para perdas de contas a receber, outros recebíveis e ativos contratuais com base na perda de crédito esperada para a vida inteira. Para carteiras pulverizadas, como contas a

receber de clientes, aluguéis a receber, contas a receber do atacado e de transportadoras, é utilizado o expediente prático, por meio de matrizes de perdas por faixa de vencimento.

Na avaliação do aumento significativo do risco de crédito e na mensuração das perdas esperadas, a Companhia utiliza informações razoáveis e suportáveis, incluindo dados históricos, análises quantitativas e qualitativas, avaliação de crédito e projeções econômicas. Presume-se que houve aumento significativo do risco de crédito quando o ativo financeiro apresenta mais de 90 dias de atraso.

Um ativo financeiro é considerado inadimplente quando o pagamento integral é considerado improvável sem a execução de garantias, ou quando apresenta atraso superior a 90 dias.

O risco de crédito de instrumentos de dívida é avaliado individualmente, com base no histórico de pagamentos, na situação financeira e macroeconômica da contraparte e, quando aplicável, em classificações de risco por agências especializadas. O período máximo considerado na estimativa das perdas esperadas corresponde ao prazo contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração de perdas de crédito esperadas - Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito - Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável quando ocorrem um ou mais eventos com impacto negativo nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

Apresentação da perda por redução ao valor recuperável - Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para instrumentos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo.

As perdas por redução ao valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA. As perdas dos valores recuperáveis de outros ativos financeiros são apresentadas no grupo Despesas com Vendas.

Contas a receber e ativos contratuais - A Companhia considera o modelo e as premissas utilizadas na mensuração das perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa. As exposições são segmentadas com base em características comuns de risco de crédito, incluindo:

- Nível de risco de crédito e histórico de perdas - para clientes atacadistas e contratos de locação de imóveis; e
- Status de inadimplência, risco de default e histórico de perdas - para administradoras de cartão de crédito e demais clientes.

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente, calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita. Ativos e passivos de curto prazo não são ajustados a valor presente.

3.2 Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data em que a transação se qualifica para reconhecimento.

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para o Real, de acordo com a cotação das respectivas moedas no encerramento dos exercícios. Diferenças oriundas no pagamento ou na tradução de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

3.3 Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

A Companhia apresenta ativos e passivos na demonstração financeira com base na classificação entre circulante e não circulante.

Um ativo é classificado como circulante quando: (i) espera-se que seja realizado, vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional; (ii) é mantido para negociação; (iii) espera-se que seja realizado em até doze meses após a data do balanço; ou (iv) corresponde a caixa ou equivalentes de caixa, conforme o CPC 03 / IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, exceto quando houver restrição à sua utilização por período superior a doze meses da data do balanço. Os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado como circulante quando: (i) espera-se que seja liquidado no curso normal do ciclo operacional; (ii) é mantido para negociação; (iii) deve ser liquidado em até doze meses após a data do balanço; ou (iv) a Companhia não possui direito incondicional de diferir sua liquidação por pelo menos doze meses após a data do balanço. Os demais passivos são classificados como não circulantes.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados como não circulantes, líquidos por entidade legal, conforme o CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre Lucros.

3.4 Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a riqueza gerada pela Companhia e suas subsidiárias e a respectiva distribuição no período. É apresentada conforme exigido pela legislação societária brasileira, como parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não sendo requerida pelas IFRS.

A DVA é elaborada com base nos registros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras, em conformidade com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. A demonstração evidencia, inicialmente, a riqueza criada, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros e pelo valor adicionado recebido de terceiros. Em seguida, apresenta a distribuição da riqueza entre empregados, governo (impostos, taxas e contribuições), capitais de terceiros e capitais próprios.

4. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC

4.1 Alterações e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

Em 2025, a Companhia avaliou as emendas e novas interpretações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2025. As principais alterações são:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações no CPC 02 / IAS 21	Determinar se uma moeda é conversível e como deve ser determinada uma taxa de câmbio à vista quando da falta de conversibilidade.	01/01/2025
Orientação Técnica OCPC 10 / CVM 223	Torna obrigatória a divulgação sobre o tratamento de créditos de carbono, permissão de emissão e créditos de descarbonização por todas as entidades.	01/01/2025
Adoção ao IFRS S1	Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade.	01/01/2024 (*)
Adoção ao IFRS S2	Divulgações relacionadas ao clima.	01/01/2024 (*)
Alterações CPC 18 (R3) e ICPC 09	Estabelecer a contabilização de investimentos em coligadas e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).	01/01/2025

(*) As normas IFRS S1 e S2 serão obrigatórias a partir de 2026. A Companhia está avaliando o impacto da adoção dessas normas e não realizará adoção voluntária.

A adoção dessas normas não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não vigentes.

A Companhia não adotou antecipadamente as novas normas do CPCs e IFRSs. A seguir as principais revisões já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações ao CPC 40 (R1)/ IFRS7 e CPC 48 / IFRS9	Melhora nos critérios de reconhecimento, desreconhecimento e divulgação nos Instrumentos Financeiros.	01/01/2026
Alterações ao CPC 40 (R1)/ IFRS7 e CPC 48 / IFRS9	Contratos que referenciem a eletricidade dependente da natureza.	01/01/2026
Adoção ao IFRS18	Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027
Adoção ao IFRS19	Divulgação de Subsidiárias sem responsabilidade pública.	01/01/2027

A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessas normas e, no momento, não são esperados efeitos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A exceção refere-se ao IFRS 18, que ainda se encontra em fase de avaliação, sendo esperado que tenha impacto relevante na forma de apresentação e divulgação das informações nas demonstrações financeiras da Companhia.

5. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de passivos contingentes. As incertezas relacionadas a essas estimativas podem resultar em ajustes relevantes nos valores contábeis em períodos futuros.

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração exerceu julgamentos significativos que impactaram os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, conforme descrito nas notas explicativas a seguir:

- Redução ao valor recuperável – *impairment* e vida útil de imobilizado e intangível: Notas 8.1, 14.1, 14.2, 15.1 e 15.3.
- Estoques: Constituição de provisões por estimativas de perda - Nota 10.
- Tributos a recuperar - Expectativa de realização dos créditos tributários: Nota 11.
- Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros - Mensuração do valor justo dos derivativos: Nota 18.
- Provisão para demandas judiciais: Constituição de provisão para causas que representem expectativas de perdas prováveis e estimadas com um certo grau de razoabilidade - Nota 21.
- Imposto de renda: Constituição de provisões com base em estimativas razoáveis e realização do imposto de renda diferido - Nota 20.
- Arrendamento: determinação do termo de contrato do *leasing* e da taxa de juros incremental – Nota 22.
- Pagamentos com base em ações: Estimativa do valor justo das operações com base em um modelo de avaliação - Nota 24.

6. Caixa e equivalentes de caixa

6.1 Política Contábil

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo. Compreendem o caixa e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados em até 90 dias a partir da data da aplicação.

6.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e contas bancárias – Brasil	69	79	69	79
Caixa e contas bancárias – Exterior (*)	84	94	84	94
Aplicações financeiras – Brasil (**)	1.598	1.933	1.837	2.458
	1.751	2.106	1.990	2.631

(*) Em 31 de dezembro de 2025 referem-se aos recursos em dólares norte-americanos. Em 02 janeiro de 2026 os valores da conta bancária no exterior foram integralmente resgatados.

(**) Em 31 de dezembro de 2025, constituem, substancialmente, operações compromissadas e em CDB, remuneradas pela média ponderada de 98,77% (97,12% em 31 de dezembro de 2024) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

7. Aplicações Financeiras**7.1 Política Contábil**

A Companhia possui determinadas aplicações financeiras classificadas separadamente do caixa e equivalentes de caixa em função de características específicas desses títulos, sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo com o próprio emissor.

7.2 Composição

O montante registrado é de R\$24 (R\$15 em 31 de dezembro de 2024) referente ao CDB (Certificado de Depósito Bancário) remunerado a 100% do CDI.

8. Contas a receber**8.1 Política Contábil**

Os saldos de contas a receber decorrem das atividades operacionais da Companhia relacionadas à venda de bens e serviços. Os valores não relacionados às atividades operacionais são apresentados na rubrica "Outras contas a receber".

Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação e, subsequentemente, mensurados conforme a carteira: (i) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), para recebíveis de administradoras de cartão de crédito; e (ii) custo amortizado, para as demais carteiras.

A provisão para perdas dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para os instrumentos mensurados a VJORA, a provisão é reconhecida em Outros Resultados Abrangentes, sem redução do valor contábil do ativo.

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia a existência de indícios de perda no valor recuperável dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou a VJORA. Os valores a receber são considerados incobráveis e baixados da carteira quando permanecem em atraso por mais de 360 dias após o vencimento.

8.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Administradoras de cartões de crédito	38	82	39	82
Administradoras de cartões de crédito – partes relacionadas (nota 12.2)	5	6	5	6
Tickets de vendas e duplicatas a receber	125	219	210	269
Cartão benefício	6	9	6	9
Contas a receber de partes relacionadas (nota 12.2)	-	18	-	8
Contas a receber de fornecedores	26	35	26	35
Provisão para perdas de crédito esperada	(1)	(1)	(1)	(1)
	199	368	285	408

A Companhia e suas subsidiárias, mediante estratégia de gerenciamento de caixa, vendem parte dos recebíveis, sem qualquer direito de regresso ou de obrigação relacionada, tendo seus custos financeiros reconhecidos no resultado financeiro.

Abaixo apresentamos a composição do saldo consolidado de contas a receber pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	Consolidado					
	Total	A vencer	Títulos vencidos			
			<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
31.12.2025	286	266	13	4	2	1
31.12.2024	409	399	9	1	-	-

9. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Contas a receber – GCB (*)	689	626	689	626
Contas a receber – Sendas (**)	115	136	115	136
Contas a receber por venda de sociedades	40	51	40	51
Aluguéis a receber	9	9	9	9
Venda de imóveis	10	2	10	2
Outras	46	58	47	67
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(2)	(3)	(2)	(3)
Total	907	879	908	888
Circulante	69	38	70	47
Não circulante	838	841	838	841

(*) Valores a receber de GCB, subsidiária alienada em 2019, no montante de R\$689 correspondentes principalmente ao direito do GPA de receber o reembolso do crédito tributário decorrente do tema relacionado à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS de sua antiga subsidiária Globex. Após a obtenção do trânsito em julgado do processo, o GPA passou a ter direito aos créditos tributários relativos ao período de 2003 a 2010.

(**) Valores a receber de Sendas, que deixou de ser considerada uma parte relacionada do GPA em decorrência da alienação integral de sua participação pelo Casino, ocorrida em junho de 2023.

10. Estoques

10.1 Política Contábil

Os estoques são reconhecidos inicialmente ao custo e mensurados pelo menor entre o custo e o valor líquido de realização. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo custos de armazenamento e manuseio necessários para colocá-los em condição de venda, líquidos de acordos comerciais recebidos de fornecedores.

O valor líquido de realização corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados para efetuar a venda, tais como tributos incidentes, despesas diretamente atribuíveis à venda e demais custos necessários para colocar os estoques em condição de venda.

Os estoques são ajustados ao valor recuperável por meio de provisões para perdas, considerando quebras, sucateamento, obsolescência, giro lento e mercadorias com margem bruta negativa, as quais são periodicamente revisadas.

Os acordos comerciais com fornecedores são reconhecidos de acordo com os contratos firmados e apropriados ao resultado à medida que os estoques relacionados são vendidos. Quando contratualmente permitido, tais valores são registrados como redutores dos saldos a pagar a fornecedores.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.2 Composição

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Lojas	1.184	1.173
Centrais de distribuição	838	902
Perdas com obsolescência e quebras (nota 10.2.b)	(59)	(61)
	1.963	2.014

a) Acordos comerciais nos estoques e custos de armazenagem

Em 31 de dezembro de 2025, o valor de acordos comerciais não realizados, apresentado como redutor do saldo de estoques totalizou R\$42 (R\$42 em 31 de dezembro de 2024).

b) Perdas com obsolescência e quebras

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
No início do exercício	(61)	(86)
Adições/baixas/reversões	2	25
No final do exercício	(59)	(61)

11. Tributos a recuperar

11.1 Política Contábil

A Companhia registra créditos tributários no curso normal de suas operações e todas as vezes em que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização, sendo o ICMS reconhecido como redutor de “custo das mercadorias vendidas” e o PIS e COFINS como redutor das contas de resultado sobre as quais são calculados os créditos.

A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos pelas empresas do Grupo.

11.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
ICMS (nota 11.a)	180	289	180	289
PIS e COFINS (nota 11.b)	1.824	1.976	1.864	2.019
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (nota 11.c)	227	234	230	238
Imposto de renda e contribuição social	333	427	336	431
Outros	-	36	4	38
Total	2.564	2.962	2.614	3.015
Circulante	687	598	736	647
Não circulante	1.877	2.364	1.878	2.368

a) Créditos de ICMS

A Companhia mantém centros de distribuição em determinados Estados e no Distrito Federal, que recebem mercadorias com o ICMS já recolhido por substituição tributária e realizam remessas interestaduais para suas lojas. Nessas operações, a Companhia faz jus ao ressarcimento do ICMS anteriormente antecipado, conforme a legislação aplicável, mediante comprovação por documentos fiscais e arquivos digitais, sujeita à homologação do Fisco Estadual ou ao cumprimento de obrigações acessórias específicas.

Parte dos créditos é realizada por meio de compensação imediata, autorizada por regimes especiais ou por procedimentos previstos em normas estaduais. Para os créditos ainda não passíveis de compensação imediata, a Administração entende que sua realização futura é provável, com base em estudos técnicos de recuperação que consideram o crescimento esperado das operações e a geração de débitos futuros de ICMS.

Esses estudos são preparados e revisados anualmente com base no planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha controles de monitoramento sobre a aderência ao plano de realização dos créditos, não tendo sido identificada a necessidade de ajustes relevantes.

	Controladora e Consolidado
Em 1 ano	56
De 1 a 2 anos	55
De 2 a 3 anos	44
De 3 a 4 anos	25
	180

b) Créditos de PIS e COFINS

As evidências que conduzem a Companhia a concluir sobre o direito ao crédito de PIS e COFINS incluem (i) interpretação da legislação tributária, (ii) fatores internos e externos como jurisprudências e interpretações do mercado que fizeram parte da análise, (iii) análise de assessores jurídicos externos a respeito dos temas e (iv) avaliação contábil sobre o tema.

A realização do saldo de PIS e COFINS é apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Em 1 ano	462	501
De 1 a 2 anos	595	595
De 2 a 3 anos	290	290
De 3 a 4 anos	369	370
Acima de 4 anos	108	108
	1.824	1.864

No contexto da Reforma Tributária sobre o consumo, instituída por meio da Lei Complementar recentemente aprovada, passou a existir previsão legal para que tais saldos credores possam ser compensados com a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), no contexto da substituição dos tributos atuais pelo novo modelo tributário. Contudo, até a presente data, ainda não foram publicadas as normas infralegais que regulamentarão os procedimentos, critérios e prazos para operacionalização dessa compensação. Enquanto aguarda novas definições por parte das autoridades competentes, a Companhia considera a monetização desses créditos por meio da compensação com outros tributos federais, mantendo-os registrados no ativo e acompanhando a evolução da regulamentação aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui créditos tributários contingentes decorrentes da apuração de PIS e COFINS relacionados às suas operações com bebidas frias. Considerando o estágio atual de consolidação do entendimento sobre o tema, tais créditos foram classificados como ativo contingente, nos termos do IAS 37/CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não tendo sido reconhecidos no balanço patrimonial nem no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, no valor aproximado de R\$600. Eventual efeito no resultado ocorrerá somente quando atendidos os critérios previstos na norma aplicável.

c) Créditos de INSS

Em 25 de junho de 2025 houve a certificação do trânsito em julgado da ação ajuizada pela Companhia que pleiteava a não incidência de contribuições previdenciárias (INSS) sobre o terço constitucional de férias. A Companhia habilitou seus créditos e segue compensando os valores de acordo com os limites de compensações impostos pelo fisco federal. O montante envolvido na controladora e consolidado equivale a R\$143 em 31 de dezembro de 2025 (R\$169 em 31 de dezembro de 2024).



Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Partes relacionadas

12.1 Remuneração da Administração e dos comitês de assessoramento

As despesas do período relativas à remuneração do pessoal da Alta Administração (diretores indicados conforme o Estatuto Social, o Conselho de Administração e os respectivos Comitês de assessoramento), foram as seguintes:

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Salário base		Benefícios diretos e indiretos		Remuneração variável (***)		Plano de opção de compra de ações (Nota 24)		Total	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Conselho de Administração (*)	9.620	11.299	-	-	-	-	-	-	9.620	11.299
Diretoria (**)	8.893	8.795	1.405	1.905	14.716	41.708	11.678	6.664	36.692	59.072
Conselho Fiscal	413	-	-	-	-	-	-	-	413	-
	18.926	20.094	1.405	1.905	14.716	41.708	11.678	6.664	46.725	70.371

(*) As remunerações dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração (de Recursos Humanos e Remuneração, de Auditoria, Financeiro, de Desenvolvimento Sustentável e de Governança Corporativa) estão inclusas nesta linha.

(**) Inclui custas rescisórias.

(***) O saldo inclui a premiação extraordinária referente a transação de oferta primária para os diretores da Companhia (nota 1.1).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.2 Saldos e transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de transações entre a Companhia, suas subsidiárias e outras entidades relacionadas, e são contabilizadas de acordo com os preços, termos e condições pactuados entre as partes.

	Controladora									
	Saldos								Transações	
	Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos		Receitas (Despesas)	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Controladas:										
Novasoc Comercial	-	-	8	8	-	-	-	-	-	9
Stix	-	10	-	-	-	13	-	-	(128)	(123)
GPA M&P	-	-	-	-	-	-	-	33	-	-
GPA Logística	-	-	-	-	37	15	19	13	-	6
GPA2	-	-	2	-	-	-	206	-	-	-
Associadas:										
FIC	5	6	3	3	1	3	-	-	30	16
Outras Partes										
Relacionadas:										
Grupo Casino (*)	-	8	54	-	-	-	-	6	-	(4)
Outros	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-
Total	5	24	69	13	38	31	225	52	(98)	(96)

(*) Em decorrência da oferta primária de ações o Casino deixou de ser controlador da Companhia a partir de 18 de abril de 2024 (Nota 1.1). O Grupo Casino é composto pelo Casino e pelas empresas controladas diretamente e indiretamente. O valor de R\$54 refere-se ao valor indenizatório a receber decorrente substancialmente da adesão, em abril de 2025, ao programa instituído pela Lei nº 14.689/2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado									
	Saldos								Transações	
	Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos		Receitas (despesas)	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
<u>Coligadas:</u>										
FIC	5	6	3	3	1	3	-	-	30	16
<u>Outras partes relacionadas:</u>										
Grupo Casino ^(*)	-	8	54	-	-	-	-	6	-	(4)
Outros	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-
Total	5	14	59	5	1	3	-	6	30	12

(*) Em decorrência da oferta primária de ações o Casino deixou de ser controlador da Companhia a partir de 18 de abril de 2024 (Nota 1.1). O Grupo Casino é composto pelo Casino e pelas empresas controladas diretamente e indiretamente. O valor de R\$54 refere-se ao valor indenizatório a receber decorrente substancialmente da adesão, em abril de 2025, ao programa instituído pela Lei nº 14.689/2023.

As principais operações da Companhia com partes relacionadas são:

(i) *Grupo Casino*: (a) *Cost Sharing e Cost Reimbursement Agreement*: celebrados entre a Companhia, Sendas, Helicco Participações Ltda., Foncière Euris, Casino Services e Casino Guichard-Perrachon S.A. ("Casino") em 1º de agosto de 2014 e 25 de julho de 2016, respectivamente, conforme aditado, para regular o reembolso pela Companhia de despesas incorridas pelas empresas do Grupo Casino decorrentes de atividades de transferência de *know-how* à Companhia e também o reembolso de despesas de colaboradores franceses (expatriados) ao Casino; (b) *Insurance Agreement*: entre a Companhia e Casino para intermediar renovações de determinadas apólices de seguro da Companhia; (c) *Agency Agreement – Global Sourcing e Agency Agreement (IRTS)*: entre a Companhia, Sendas, Groupe Casino Limited e Casino Internancional S.A. em 25 de julho de 2016 e 20 de dezembro de 2004, conforme aditados, para prestação de serviços de *global sourcing* (prospecção de fornecedores globais e intermediação de compras) pelo Casino e negociação comercial de produtos a serem adquiridos pela Companhia de fornecedores internacionais e (d) *Purchase Agreement*: entre a Companhia, Sendas e E.M.C. Distribution Limited em 6 de junho de 2019 para importação de produtos perecíveis e não perecíveis, em caráter não-exclusivo. Em 31 de dezembro de 2025, não há contratos vigentes com o Grupo Casino.

(ii) *FIC*: contratos comerciais para regular as regras para a promoção e venda dos serviços financeiros ofertados pela FIC nas lojas da Companhia e para implementação da parceria financeira entre a Companhia e o Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú").

(iii) *Stix*: As transações entre a Companhia e a Stix, referem-se principalmente a contratos operacionais de venda de pontos e reembolso de prêmios resgatados.

13. Investimentos em controladas e associadas

13.1 Política Contábil

Os investimentos em controladas são registrados nas demonstrações financeiras individuais da Companhia pelo método da equivalência patrimonial, conforme o CPC 18 (R2) / IAS 28 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo de aquisição, sendo posteriormente ajustado pela participação da Companhia nos resultados e em outros resultados abrangentes das controladas, líquidos de eventuais dividendos ou juros sobre capital próprio recebidos.

Os investimentos em associadas são aqueles nos quais a Companhia exerce influência significativa, presumida quando detém, direta ou indiretamente, 20% ou mais do poder de voto, sendo igualmente contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, nos termos do CPC 18 (R2).

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os investimentos em controladas são integralmente consolidados, conforme o CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, sendo eliminados os saldos, transações, receitas e despesas entre as entidades do Grupo. Os investimentos em associadas são reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), quando existente, é incluído no valor contábil do investimento e não é amortizado, sendo testado anualmente quanto à redução ao valor recuperável, conforme o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Os investimentos são avaliados quanto à existência de indicadores de perda por redução ao valor recuperável, e, quando aplicável, são reconhecidas perdas por *impairment* no resultado do exercício. Resultados não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e suas investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.2 Participação em controladas, subsidiárias e associadas

A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento de cada exercício:

		Participação nos investimentos - %				
Grupo	Sociedades	País	31.12.2025		31.12.2024	
			Companhia	Participação indireta	Companhia	Participação indireta
CBD	Controladas					
	Novasoc Comercial Ltda. ("Novasoc")	Brasil	100,00	-	100,00	-
	GPA 2 Empreend. e Participações Ltda. ("GPA 2")	Brasil	100,00	-	100,00	-
	GPA Logística e Transporte Ltda. ("GPA Logística")	Brasil	100,00	-	100,00	-
	GPA Holding Empreendimentos e Participações Ltda. ("GPA Holding")	Brasil	100,00	-	100,00	-
	Stix Fidelidade e Inteligência S.A. ("Stix")	Brasil	66,67	-	66,67	-
	Cheftime Comércio de Refeições S/A ("Cheftime")	Brasil	100,00	-	100,00	-
	GPA Malls & Properties Gestão de Ativos e Serviços Imobiliários Ltda. ("GPA M&P") (*)	Brasil	-	-	100,00	-
	Place2B Serviços Imobiliários Ltda. ("Place2B")	Brasil	100,00	-	-	100,00

(*) Em 30 de abril de 2025 a GPA Malls & Properties Gestão de Ativos e Serviços Imobiliários Ltda foi integralmente incorporada pela CBD, passando a ter seus ativos, passivos e operações integralmente absorvidos pela controladora.

A seguir são apresentados os detalhes das associadas da Companhia no encerramento de cada exercício:

Grupo	Sociedades	País	Participação nos investimentos - %			
			31.12.2025		31.12.2024	
			Companhia	Participação indireta	Companhia	Participação indireta
FIC	Bellamar Empreend. e Participações S.A. ("Bellamar")	Brasil	50,00	-	50,00	-
	Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC")	Brasil	-	16,50	-	17,88

13.3 Informações contábeis das associadas

Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, uma vez que a Companhia exerce influência significativa, mas não o controle, conforme definido nas normas contábeis aplicáveis. Tal influência decorre do fato de a Companhia: (a) ser parte de acordo de acionistas, com indicação de parcela dos administradores e direito de veto em determinadas decisões relevantes; e (b) participar das decisões operacionais e financeiras da investida.

A FIC, administrada pelo Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco"), é a única associada da Companhia. Não existem restrições impostas pela associada quanto à transferência de recursos à Companhia, inclusive sob a forma de distribuição de dividendos.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações contábeis resumidas são as seguintes:

	FIC	
	31.12.2025	31.12.2024
Ativo circulante	9.762	9.674
Ativo não circulante	1	1
Ativo total	9.763	9.675
Passivo circulante	8.033	8.161
Passivo não circulante	75	101
Patrimônio líquido	1.655	1.412
Total passivo e patrimônio líquido	9.763	9.675

	31.12.2025	31.12.2024
Demonstração do resultado:		
Receitas	1.270	1.204
Resultados operacionais	488	574
Lucro líquido do exercício	340	349

O valor do investimento é apurado com base no patrimônio líquido da investida, somado à reavaliação ocorrida em dezembro de 2020 de R\$573 calculada na ocasião da perda de controle na Bellamar. Em 30 de novembro de 2025, o Itaú Unibanco realizou aumento de capital por meio da capitalização da reserva especial de ágio, no montante de R\$122, direito este exclusivo do Itaú Unibanco, com renúncia expressa ao direito de preferência por parte dos demais acionistas.

Em 31 de dezembro de 2025 em decorrência da celebração do contrato de venda de sua participação comercial, conforme descrito na nota 1.4, a Companhia classificou o investimento como Ativo Mantido para Venda, nos termos do IFRS 5. Adicionalmente, foi reconhecido ajuste negativo de R\$(527), correspondente à diferença entre o valor justo do investimento e o preço de venda acordado, e R\$179 referente ao ativo fiscal diferido, registrado com o objetivo de compensar o passivo de imposto de renda diferido constituído anteriormente na reavaliação a valor justo.

13.4 Movimentação dos investimentos

	Controladora			
	Bellamar	GPA2	Outros	Total
Saldo em 31.12.2024	804	362	168	1.334
Equivalência patrimonial	60	26	30	116
Dividendos	(17)	-	-	(17)
Incorporação - GPA Malls	-	-	(40)	(40)
Redução de capital	-	(150)	-	(150)
Impairment do investimento - Bellamar	(527)	-	-	(527)
Ativo mantido para venda	(320)	-	-	(320)
Outros	-	-	(5)	(5)
Saldo em 31.12.2025	-	238	153	391

	Controladora			
	Bellamar	GPA2	Outros	Total
Saldo em 31.12.2023	864	330	82	1.276
Equivalência patrimonial	64	32	5	101
Dividendos e juros s/ capital próprio	(124)	-	-	(124)
Aumento de capital	-	-	81	81
Saldo em 31.12.2024	804	362	168	1.334

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
No início do período	804	864
Equivalência patrimonial	60	64
Dividendos	(17)	(124)
<i>Impairment</i> do investimento - Bellamar	(527)	-
Ativo mantido para venda	(320)	-
No fim do período	-	804

Em 30 de janeiro de 2026, a Companhia recebeu o montante de R\$27 a título de dividendos, dos quais R\$18 referem-se a dividendos obrigatórios relativos ao exercício e R\$9 a dividendos extraordinários.

14. Imobilizado

14.1 Política Contábil

O imobilizado é registrado ao custo histórico, deduzido da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O custo compreende o preço de aquisição dos ativos, os custos diretamente atribuíveis à sua colocação em condições operacionais e, quando aplicável, os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, capitalizados durante a fase de construção.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas vidas úteis econômicas estimadas dos ativos. Quando um item do imobilizado é composto por componentes significativos, estes são reconhecidos e depreciados separadamente. Os custos de substituição de componentes relevantes são capitalizados quando atendidos os critérios de reconhecimento, com a baixa do valor contábil do componente substituído, quando aplicável. Os demais gastos com reparos e manutenção são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

Os itens do imobilizado, bem como seus componentes significativos, são baixados quando alienados ou quando não há expectativa de geração de benefícios econômicos futuros por seu uso ou alienação, sendo os ganhos ou perdas decorrentes reconhecidas no resultado do exercício.

O valor residual, as vidas úteis e os métodos de depreciação são revisados ao final de cada exercício e ajustados prospectivamente, quando aplicável. No exercício de 2025, a Companhia revisou as vidas úteis do ativo imobilizado e concluiu que não há alterações a serem realizadas.

Os custos de empréstimos capitalizados passam a ser depreciados a partir da data em que o ativo correspondente entra em operação, ao longo de sua vida útil estimada.

Categoria dos ativos	Vida útil (em anos)
Edifícios	40
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	Entre 24 e 40
Máquinas e equipamentos	Entre 10 e 20
Instalações	11
Móveis e utensílios	Entre 3 e 12
Outros	Entre 3 e 5

14.2 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia avalia, anualmente, ou sempre que existem indícios de perda, se seus ativos tangíveis e intangíveis estão registrados por valor superior ao seu valor recuperável.

Para fins do teste de recuperabilidade, os ativos são avaliados no nível de sua Unidade Geradora de Caixa (UGC), definida, principalmente, como cada loja, por representar o menor grupo de ativos capaz de gerar entradas de caixa amplamente independentes.

O valor recuperável de um ativo ou UGC corresponde ao maior entre: (i) o valor justo líquido de despesas de venda; e (ii) o valor em uso, determinado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. Na mensuração do valor em uso, os fluxos de caixa são descontados por uma taxa que reflete as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e aos riscos específicos do ativo ou da UGC.

Quando o valor contábil de um ativo ou UGC excede seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável, com registro no resultado do exercício, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 01 (IAS 36).

Teste de recuperação dos ativos operacionais das lojas

O procedimento para avaliação da recuperabilidade dos ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) baseia-se no agrupamento dos ativos diretamente atribuíveis às lojas, de acordo com sua capacidade de geração de caixa, em conformidade com o CPC 01 (IAS 36). A Administração define as UGC da seguinte forma:

- As lojas das bandeiras Pão de Açúcar e Mercado Extra são consideradas individualmente como UGCs, em função de seu porte e de sua capacidade individual de geração de caixa.
- As lojas de Proximidade, compostas pelas bandeiras Minuto Pão de Açúcar e Mini Mercado Extra, são agrupadas por região geográfica, tendo em vista seu menor investimento inicial e o objetivo estratégico de proteção de determinadas áreas contra novos entrantes.

O valor em uso é determinado com base em projeções de fluxo de caixa descontadas, utilizando-se taxa de crescimento de longo prazo de 4,2% (5,7% em 2024) e taxa de desconto de 11,47% (12,1% em 2024), limitadas ao prazo médio da vida econômica remanescente dos ativos operacionais de cada UGC. Para as lojas próprias, quando aplicável, são considerados laudos de avaliação elaborados por especialistas independentes para a determinação do valor justo.

As lojas com até dois anos de inauguração não são incluídas no teste de *impairment*, uma vez que a Administração entende que, nesse período, tais lojas encontram-se em fase de maturação operacional, sendo que seus resultados ainda não são representativos para fins de avaliação de recuperabilidade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou testes de recuperabilidade dos ativos operacionais das lojas e, com base nos resultados obtidos, concluiu que não houve necessidade de reconhecimento de perda adicional por redução ao valor recuperável. A perda de R\$ 137 (consolidado) foi registrada integralmente no resultado do exercício de 2024, não tendo havido complementação, reversão ou ajustes de valor em 2025.

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado do exercício, em rubricas consistentes com a função dos ativos correspondentes. As perdas reconhecidas em exercícios anteriores são revertidas apenas quando houver mudança nas premissas utilizadas na determinação do valor recuperável, limitada ao valor contábil que o ativo teria caso nenhuma perda tivesse sido reconhecida anteriormente.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.3 Composição

	Controladora							
	Saldo em: 31.12.2024	Adições	Remen- suração	Deprecia- ção	Baixas	Transfe- rências (*)	Incorporação	Saldo em: 31.12.2025
Terrenos	189	-	-	-	(7)	8	3	193
Edifícios	199	2	-	(10)	(4)	6	-	193
Benfeitorias em imóveis	1.304	54	-	(146)	(31)	189	-	1.370
Máquinas e equipamentos	901	91	-	(166)	(17)	43	-	852
Instalações	86	7	-	(16)	(4)	16	-	89
Móveis e utensílios	305	25	-	(52)	(8)	7	-	277
Imobilizado em andamento	61	219	-	-	-	(255)	-	25
Outros	30	64	-	(9)	(1)	(57)	-	27
Total	3.075	462	-	(399)	(72)	(43)	3	3.026
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>								
Edifícios	3.067	64	502	(441)	(84)	-	-	3.108
	3.067	64	502	(441)	(84)	-	-	3.108
Total	6.142	526	502	(840)	(156)	(43)	3	6.134

(*) R\$(86) foram transferidos para intangíveis, R\$3 para financiamento de imobilizado e R\$40 para ativo mantido para a venda (nota 31).

Controladora								
	Saldo em: 31.12.2023	Adições	Remen- suração	Impairment	Deprecia- ção	Baixas	Transfe- rências (*)	Saldo em: 31.12.2024
Terrenos	227	-	-	-	-	(34)	(4)	189
Edifícios	361	1	-	7	(12)	(154)	(4)	199
Benfeitorias em imóveis	1.398	70	-	(52)	(141)	(104)	133	1.304
Máquinas e equipamentos	917	104	-	(12)	(166)	(57)	115	901
Instalações	103	5	-	-	(21)	(6)	5	86
Móveis e utensílios	328	43	-	-	(52)	(14)	-	305
Imobilizado em andamento	70	324	-	-	-	(5)	(328)	61
Outros	61	39	-	-	(10)	(3)	(57)	30
Total	3.465	586	-	(57)	(402)	(377)	(140)	3.075
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>								
Edifícios	3.097	203	368	(43)	(434)	(110)	(14)	3.067
	3.097	203	368	(43)	(434)	(110)	(14)	3.067
Total	6.562	789	368	(100)	(836)	(487)	(154)	6.142

(*) R\$(95) foram transferidos para intangíveis e R\$(59) para ativo mantido para venda.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora					
	Saldo em 31.12.2025			Saldo em 31.12.2024		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	193	-	193	189	-	189
Edifícios	358	(165)	193	354	(155)	199
Benfeitorias em imóveis	2.870	(1.500)	1.370	2.758	(1.454)	1.304
Máquinas e equipamentos	2.553	(1.701)	852	2.506	(1.605)	901
Instalações	369	(280)	89	360	(274)	86
Móveis e utensílios	933	(656)	277	942	(637)	305
Imobilizado em andamento	25	-	25	61	-	61
Outros	131	(104)	27	122	(92)	30
Total	7.432	(4.406)	3.026	7.292	(4.217)	3.075
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>						
Edifícios	6.758	(3.650)	3.108	6.446	(3.379)	3.067
	6.758	(3.650)	3.108	6.446	(3.379)	3.067
Total	14.190	(8.056)	6.134	13.738	(7.596)	6.142

	Consolidado						Saldo em: 31.12.2025
	Saldo em: 31.12.2024	Adições	Remensuração	Depreciação	Baixas	Transferências (*)	
Terrenos	192	-	-	-	(7)	8	193
Edifícios	198	2	-	(9)	(4)	6	193
Benfeitorias em imóveis	1.305	54	-	(146)	(32)	191	1.372
Máquinas e equipamentos	901	91	-	(167)	(16)	43	852
Instalações	86	7	-	(16)	(4)	16	89
Móveis e utensílios	305	26	-	(52)	(9)	7	277
Imobilizações em andamento	61	219	-	-	-	(255)	25
Outros	30	64	-	(9)	(1)	(58)	26
Total	3.078	463	-	(399)	(73)	(42)	3.027
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>							
Edifícios	3.068	65	502	(442)	(87)	3	3.109
	3.068	65	502	(442)	(87)	3	3.109
Total	6.146	528	502	(841)	(160)	(39)	6.136

(*) R\$(85) foram transferidos para intangíveis, R\$3 para financiamento de imobilizado e R\$43 para ativo mantido para venda (nota 31).

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado								
	Saldo em: 31.12.2023	Adições	Remensu- ração	Impairment	Depreciação	Baixas	Transferências (*)	Saldo em: 31.12.2024
Terrenos	232	-	-	-	-	(35)	(5)	192
Edifícios	361	1	-	7	(12)	(155)	(4)	198
Benfeitorias em imóveis	1.406	70	-	(52)	(142)	(107)	130	1.305
Máquinas e equipamentos	917	104	-	(12)	(167)	(57)	116	901
Instalações	103	5	-	-	(20)	(7)	5	86
Móveis e utensílios	328	43	-	-	(52)	(14)	-	305
Imobilizações em andamento	69	324	-	-	-	(4)	(328)	61
Outros	60	39	-	-	(10)	(3)	(56)	30
Total	3.476	586	-	(57)	(403)	(382)	(142)	3.078
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>								
Edifícios	3.101	203	370	(43)	(435)	(110)	(18)	3.068
	3.101	203	370	(43)	(435)	(110)	(18)	3.068
Total	6.577	789	370	(100)	(838)	(492)	(160)	6.146

(*) R\$(95) foram transferidos para intangíveis e R\$(65) para ativo mantido para venda.

Consolidado						
Saldo em 31.12.2025			Saldo em 31.12.2024			
Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Terrenos	193	-	193	192	-	192
Edifícios	357	(164)	193	353	(155)	198
Benfeitorias em imóveis	2.868	(1.496)	1.372	2.757	(1.452)	1.305
Máquinas e equipamentos	2.552	(1.700)	852	2.505	(1.604)	901
Instalações	368	(279)	89	360	(274)	86
Móveis e utensílios	933	(656)	277	942	(637)	305
Imobilizado em andamento	25	-	25	61	-	61
Outros	130	(104)	26	122	(92)	30
Total	7.426	(4.399)	3.027	7.292	(4.214)	3.078
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>						
Edifícios	6.761	(3.652)	3.109	6.449	(3.381)	3.068
	6.761	(3.652)	3.109	6.449	(3.381)	3.068
Total	14.187	(8.051)	6.136	13.741	(7.595)	6.146

14.4 Garantias

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas subsidiárias possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia para demandas judiciais, conforme divulgado na nota 21.8.

14.5 Custos de captação de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$2 (R\$1 em 31 de dezembro de 2024). A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de 177,07% (198,61% em 31 de dezembro de 2024) do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

14.6 Adições ao ativo imobilizado para fins de fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Adições (i)	526	789	528	789
Arrendamento	(64)	(203)	(65)	(203)
Juros capitalizados	(2)	(1)	(2)	(1)
Financiamento de imobilizado – Adições (ii)	(390)	(509)	(390)	(509)
Financiamento de imobilizado – Pagamentos (ii)	460	531	460	532
Total	530	607	531	608

- (i) As adições efetuadas pela Companhia referem-se à compra de ativos operacionais, terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas, modernização das centrais de distribuição existentes, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.
- (ii) As adições e os pagamentos do imobilizado anteriormente mencionados estão ordenados para demonstrar somente as aquisições do ano, de forma a conciliar com a demonstração dos fluxos de caixa e o total das adições que consta no quadro.

14.7 Outras Informações

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia contabilizou no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados, o valor de R\$106 (R\$116 em 31 de dezembro de 2024), referente à depreciação de caminhões, maquinários, edificações e instalações das centrais de distribuição.

15. Intangível

15.1 Política Contábil

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são reconhecidos inicialmente ao custo, deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável. Os ativos intangíveis gerados internamente, exceto pelos custos de desenvolvimento de software que atendem aos critérios de capitalização, são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, softwares adquiridos de terceiros, softwares desenvolvidos para uso interno e direitos de uso de lojas (fundo de comércio).

Os direitos de uso de lojas referem-se a ativos intangíveis identificáveis, adquiridos individualmente ou alocados em combinações de negócios, que conferem à Companhia o direito de explorar determinados pontos comerciais. O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) decorre exclusivamente de combinações de negócios e representa benefícios econômicos futuros não individualmente identificáveis. Tais ativos não são amortizados e são submetidos a testes de recuperabilidade anualmente, ou com maior frequência quando houver indícios de perda, no nível da Unidade Geradora de Caixa (UGC) ou segmento operacional ao qual está alocado, conforme descrito na nota 14.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear, ao longo de suas vidas úteis econômicas estimadas. O período e o método de amortização são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício, sendo eventuais alterações tratadas prospectivamente como mudanças de estimativas contábeis. Tais ativos são submetidos a testes de recuperabilidade anualmente ou sempre que existirem indícios de perda, vide detalhes na nota 14.

Os custos de desenvolvimento de software reconhecidos como ativo são amortizados a partir da data em que se tornam disponíveis para uso, ao longo de sua vida útil estimada, que varia entre 5 e 10 anos.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e são submetidos ao teste de recuperabilidade ao menos anualmente, ou sempre que houver indicação de perda, individualmente ou no nível da Unidade Geradora de Caixa (UGC). A classificação da vida útil indefinida é revisada anualmente e, quando aplicável, ajustada prospectivamente para vida útil definida.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ganhos ou perdas decorrentes da baixa de ativos intangíveis são determinados pela diferença entre o valor líquido recebido na alienação, quando aplicável, e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício na data do desreconhecimento.

15.2 Composição

	Controladora						Saldo 31.12.2025
	Saldo 31.12.2024	Adições	Remensu- ração	Amortização	Baixas	Transfe- rências	
Ágio	482	-	-	-	-	-	482
Fundo de comércio	50	3	-	-	(8)	-	45
Softwares e implantação	859	77	-	(271)	(1)	86	750
	1.391	80	-	(271)	(9)	86	1.277
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>							
Direito de uso Paes Mendonça	286	-	15	(22)	-	-	279
	286	-	15	(22)	-	-	279
Total	1.677	80	15	(293)	(9)	86	1.556

	Controladora							Saldo 31.12.2024
	Saldo 31.12.2023	Adições	Impairment	Remensu- ração	Amorti-zação	Baixas	Transfe- rências (*)	
Ágio	519	-	-	-	-	-	(37)	482
Fundo de comércio	47	3	-	-	-	-	-	50
Softwares e implantação	1.020	75	(37)	-	(289)	(5)	95	859
	1.586	78	(37)	-	(289)	(5)	58	1.391
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>								
Direito de uso Paes Mendonça	310	-	-	(3)	(21)	-	-	286
Softwares	11	-	-	-	(3)	(8)	-	-
	321	-	-	(3)	(24)	(8)	-	286
Total	1.907	78	(37)	(3)	(313)	(13)	58	1.677

(*) Em dezembro de 2024 em virtude da transação da venda de postos de combustíveis (nota 1.3) foi reclassificado o valor de R\$(37) para ativo mantido para venda referente ao ágio relacionado aos postos de combustíveis do estado de São Paulo e R\$95 foi reclassificado para imobilizado.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora					
	Saldo em 31.12.2025			Saldo em 31.12.2024		
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio	482	-	482	482	-	482
Fundo de comércio	45	-	45	50	-	50
Softwares e implantação	1.870	(1.120)	750	1.884	(1.025)	859
	2.397	(1.120)	1.277	2.416	(1.025)	1.391
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>						
Direito de uso Paes Mendonça (*)	527	(248)	279	512	(226)	286
Softwares	-	-	-	88	(88)	-
	527	(248)	279	600	(314)	286
Total	2.924	(1.368)	1.556	3.016	(1.339)	1.677

(*) Valores vinculados ao direito de uso de determinadas lojas. A Companhia tem o direito contratual de exploração dessas lojas até 2048.

	Consolidado						Saldo 31.12.2025
	Saldo 31.12.2024	Adições	Remen-suração	Amortiza-ção	Baixas	Transfe-rências	
Ágio	504	-	-	-	-	-	504
Fundo de comércio	50	3	-	-	(8)	-	45
Software	904	97	-	(290)	(1)	85	795
	1.458	100	-	(290)	(9)	85	1.344
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>							
Direito de uso Paes Mendonça	286	-	15	(22)	-	-	279
	286	-	15	(22)	-	-	279
Total	1.744	100	15	(312)	(9)	85	1.623

	Consolidado							Saldo 31.12.2024
	Saldo 31.12.2023	Adições	Amor-tização	Impair-ment	Baixas	Remensu-ração	Transferências (*)	
Ágio	541	-	-	-	-	-	(37)	504
Fundo de comércio	47	3	-	-	-	-	-	50
Software	1.064	92	(305)	(37)	(5)	-	95	904
	1.652	95	(305)	(37)	(5)	-	58	1.458
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>								
Direito de uso Paes Mendonça	310	-	(21)	-	-	(3)	-	286
Softwares	11	-	(3)	-	(8)	-	-	-
	321	-	(24)	-	(8)	(3)	-	286
Total	1.973	95	(329)	(37)	(13)	(3)	58	1.744

(*) Em dezembro de 2024 em virtude da transação da venda de postos de combustíveis (nota 1.6) foi reclassificado o valor de R\$(37) para ativo mantido para venda referente ao ágio relacionado aos postos de combustíveis do estado de São Paulo e R\$95 foi reclassificado para imobilizado.

	Consolidado					
	Saldo em 31.12.2025			Saldo em 31.12.2024		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio	504	-	504	504	-	504
Fundo de comércio	45	-	45	50	-	50
Direitos contratuais	2	(2)	-	2	(2)	-
Software	1.980	(1.185)	795	1.975	(1.071)	904
	2.531	(1.187)	1.344	2.531	(1.073)	1.458
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>						
Direito de uso Paes Mendonça (*)	527	(248)	279	512	(226)	286
Software	-	-	-	88	(88)	-
	527	(248)	279	600	(314)	286
Total intangível	3.058	(1.435)	1.623	3.131	(1.387)	1.744

(*) Valores vinculados ao direito de uso de determinadas lojas. A Companhia tem o direito contratual de exploração dessas lojas até 2048.

15.3 Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida, incluindo ágio

O teste de recuperabilidade (*impairment test*) dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, incluindo o ágio por expectativa de rentabilidade futura, é realizado de acordo com as mesmas premissas descritas na nota 14.

Para fins do teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio decorrente de combinações de negócios é alocado ao segmento operacional da Companhia, que representa a menor unidade capaz de gerar entradas de caixa amplamente independentes.

O valor recuperável do segmento é determinado com base no valor em uso, calculado a partir de projeções de fluxos de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração para um período de cinco anos. As projeções consideram, principalmente:

- Receitas estimadas com base no histórico de vendas e nas expectativas de inflação, sem considerar expansão de operações;
- Lucro bruto e despesas operacionais projetados a partir de percentuais históricos, ajustados por ganhos de eficiência operacional e expectativas inflacionárias;
- Capital de giro refletindo melhorias operacionais em dias de custo das mercadorias vendidas;
- Investimentos (CAPEX) necessários para a manutenção das UGCs, com base no plano de investimentos de 2026 e no histórico médio de investimentos de longo prazo.

Os fluxos de caixa projetados são descontados a valor presente por meio de uma taxa de desconto nominal de 11,47% (12,1% em 2024). Os fluxos de caixa além do período explícito de cinco anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de longo prazo de 4,2% (5,7% em 31 de dezembro de 2024).

Com base nos testes realizados, não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Análise de sensibilidade

Com base no cenário considerado mais provável, foi elaborada uma análise de sensibilidade contemplando variações de $\pm 0,5\%$ na taxa de desconto e na taxa de crescimento. Em todas as combinações analisadas, o valor recuperável do segmento permaneceu superior ao seu valor contábil, não sendo identificada a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

15.4 Adições ao ativo intangível para fins de fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Adições (i)	80	78	100	95
Total	80	78	100	95

(i) As adições efetuadas pela Companhia referem-se à compra de fundo de comércio e investimentos em *softwares* e implantação.

16. Fornecedores e Fornecedores – Convênios**16.1 Composição**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores de produtos	3.029	3.087	3.103	3.114
Fornecedores de serviços	200	199	207	206
Acordos comerciais (nota 16.3)	(296)	(344)	(296)	(344)
	2.933	2.942	3.014	2.976
Fornecedores – convênios (nota 16.2)	382	372	382	372

16.2 Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos

A Companhia mantém convênios com instituições financeiras que possibilitam aos seus fornecedores de produtos, bens de capital e serviços, a seu exclusivo critério, antecipar o recebimento de valores a receber da Companhia. Tais operações, usualmente denominadas *forfaits*, *confirming* ou risco sacado, resultam na substituição do credor original, passando as instituições financeiras a figurar como credoras dos fornecedores, sem que haja qualquer alteração na responsabilidade da Companhia, que permanece obrigada a liquidar os valores nas mesmas condições originalmente pactuadas com os fornecedores.

Com base na análise da substância econômica dessas transações, conforme os critérios estabelecidos no IAS 7 / CPC 03 (R2) e no IFRS 7 / CPC 40 (R1), a Administração concluiu que tais operações possuem natureza operacional, uma vez que: (i) a decisão de antecipar os recebíveis é de responsabilidade exclusiva dos fornecedores; (ii) não há alteração nos prazos de pagamento negociados pela Companhia; e (iii) não há modificação nos valores contratados com os fornecedores. Essas operações têm como objetivo facilitar a gestão de caixa dos fornecedores, sem caracterizar antecipação de pagamentos ou obtenção de financiamento pela Companhia.

A Administração avaliou os potenciais efeitos de ajuste a valor presente relacionados a esses passivos e concluiu que tais efeitos são imateriais para fins de mensuração e divulgação.

Os saldos decorrentes dessas operações são classificados no passivo circulante como “Fornecedores – Convênios”, e os fluxos de caixa correspondentes são apresentados como atividades operacionais na demonstração dos fluxos de caixa.

Os passivos decorrentes dos convênios não são considerados dívida líquida, nem estão sujeitos a cláusulas restritivas (financeiras ou não financeiras).

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo a pagar relacionado a essas operações totalizava R\$382 (R\$372 em 31 de dezembro de 2024). O prazo médio de vencimento dos saldos de Fornecedores e Fornecedores – Convênios era de 74 dias em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia possui o direito de receber um prêmio pela indicação de fornecedores para participação nesses arranjos de antecipação de recebíveis, o qual é reconhecido diretamente no resultado do

exercício. Em 31 de dezembro de 2025, o montante reconhecido foi de R\$12 (R\$13 em 31 de dezembro de 2024).

16.3 Acordos Comerciais

Incluem acordo comercial e descontos obtidos de fornecedores. Esses montantes são definidos em contratos e incluem valores referentes a descontos por volume de compras, programas de *marketing* conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento ocorre por meio do abatimento de faturas a pagar aos fornecedores, conforme condições previstas nos acordos de fornecimento, de forma que as liquidações financeiras ocorrem pelo montante líquido.

17. Empréstimos e financiamentos

17.1 Política Contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua contratação, conforme o CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os juros, encargos financeiros, variações monetárias e cambiais, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado financeiro ao longo do prazo contratual. Os custos de transação são apropriados ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

As amortizações de principal seguem o cronograma contratual. Liquidações ou amortizações antecipadas, quando ocorridas, implicam a baixa proporcional do passivo e dos custos de transação não amortizados, com o reconhecimento de eventual ganho ou perda no resultado.

Os passivos são classificados entre circulantes e não circulantes de acordo com seus vencimentos. Modificações contratuais são avaliadas conforme o CPC 48 / IFRS 9, sendo tratadas como baixa e reconhecimento de novo passivo, quando substanciais, ou como ajuste ao custo amortizado, quando não substanciais.

As operações denominadas em moeda estrangeira estão sujeitas à variação cambial e, quando aplicável, têm seus riscos mitigados por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos, os quais são reconhecidos e mensurados de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, sendo seus efeitos registrados no resultado ou no patrimônio líquido, conforme a designação de hedge adotada.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.2 Composição

		Controladora e Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024
		Taxa média ponderada	
<u>Debêntures e Certificados de recebíveis imobiliários</u>			
Debêntures e Certificados de recebíveis imobiliários (nota 17.5)			
	CDI + 1,67 %a.a.	2.670	3.308
		2.670	3.308
<u>Empréstimos e financiamentos</u>			
<u>Em moeda local</u>			
Capital de giro	CDI + 2,49% a.a.	425	225
Capital de giro	TR + 9,80%	2	4
		427	229
<u>Em moeda estrangeira</u>			
Capital de giro	EUR + 4,41% a.a.	1.005	508
Contratos de swap (nota 17.7)	CDI + 1,79% a.a.	(36)	(23)
		969	485
Total		4.066	4.022
Ativo Não circulante			
		36	23
Passivo circulante			
		1.700	849
Passivo não circulante			
		2.402	3.196

17.3 Movimentação dos empréstimos

		Controladora e Consolidado
Em 31 de dezembro de 2024		4.022
Captações		1.138
Provisão de juros		547
Marcação a mercado		1
Variação cambial e monetária		17
Custo de captação		16
Amortizações de juros		(400)
Amortizações de principal		(1.275)
Em 31 de dezembro de 2025		4.066
		Controladora e Consolidado
Em 31 de dezembro de 2023		5.273
Captações		1.829
Provisão de juros		530
Contrato derivativos		(37)
Marcação a mercado		2
Variação cambial e monetária		53
Custo de captação		21
Amortizações de juros		(1.051)
Amortizações de principal		(2.598)
Em 31 de dezembro de 2024		4.022

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.4 Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos incluindo derivativos reconhecidos no ativo e passivo não circulante

<u>Ano</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>
De 1 a 2 anos	597
De 2 a 3 anos	1.597
De 4 a 5 anos	179
Subtotal	2.373
Custo de captação	(7)
Total	2.366

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.5 Debêntures e certificados de recebíveis imobiliários

	Tipo	Valor de emissão	Debêntures em circulação (unidades)	Data		Encargos financeiros anuais	Preço unitário (em Reais)	Controladora e Consolidado	
				Emissão	Vencimento			31.12.2025	31.12.2024
18ª Emissão de Debêntures – CBD - 1ª série (**)	Sem preferência	980	852.670	14/05/21	10/05/26	CDI + 1,70% a.a.	511	436	867
18ª Emissão de Debêntures – CBD - 2ª série (*) (**)	Sem preferência	520	520.000	14/05/21	10/05/28	CDI + 1,95% a.a.	1.022	532	529
19ª Emissão de Debêntures CRI 1ª Série - CBD	Sem preferência	377	376.616	24/02/23	11/02/28	CDI + 1,00% a.a.	1.060	399	393
19ª Emissão de Debêntures CRI 2ª Série - CBD	Sem preferência	123	123.384	24/02/23	13/02/30	CDI + 1,20% a.a.	1.454	179	155
20ª Emissão de Debêntures CBD - 1ª Série (****)	Sem preferência	378	377.913.287	05/12/24	29/07/25	CDI + 1,55% a.a.	-	-	381
20ª Emissão de Debêntures CBD - 2ª Série	Sem preferência	758	758.316.316	05/12/24	29/07/26	CDI + 1,65% a.a.	1	889	765
20ª Emissão de Debêntures CBD - 3ª Série (***)	Sem preferência	250	250.000	05/12/24	29/11/27	CDI + 2,50% a.a.	1.014	254	252
Custo de captação								(19)	(34)
								2.670	3.308
Passivo circulante								1.476	834
Passivo não circulante								1.194	2.474

(*) O vencimento da 2ª série da 18ª emissão se dará em duas parcelas, sendo os vencimentos em 10/05/27 e 10/05/28.

(**) Em 11/09/24 a Companhia realizou uma operação de aquisição facultativa de debêntures da 1ª série da 18ª emissão no mercado secundário, seguindo preços de mercado e inferior ao seu valor nominal unitário no momento da emissão. O total desembolsado foi de R\$101 para a aquisição de 100.000 debêntures, equivalente ao valor nominal total atualizado de R\$104 da emissão, representando 6,8% das debêntures em circulação desta Emissão. As debêntures adquiridas foram canceladas em sua totalidade. O ganho na transação no valor de R\$3 está registrado no resultado financeiro (nota 28).

(***) O vencimento da 3ª série da 20ª emissão se dará em duas parcelas, em 29/11/2026 e 29/11/2027.

(****) Em 29 de julho de 2025, foi realizado o pagamento integral da 20ª Emissão de Debêntures - 1ª Série, no montante de R\$414 milhões, encerrando assim todas as obrigações financeiras vinculadas a essa série.

O GPA utiliza da emissão de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimentos. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações, não possuem cláusulas de repactuação e não possuem garantia.

Em 2021 ocorreu a 18ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 2 séries, com prazo de vencimento entre 5 e 7 anos, no montante de R\$1.500 para distribuição pública com esforços restritos de colocação, a qual foi utilizada no reforço do capital de giro e/ou alongamento do perfil de endividamento.

Em 24 de janeiro de 2023, a CBD realizou a 19ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, as quais foram colocadas de forma privada junto à Virgo Companhia de Securitização, que por sua vez, subscreveu, integralizou e emitiu duas cédulas de crédito imobiliário para vinculá-los como lastro de operação de securitização para a emissão dos certificados de recebíveis imobiliários das 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 80ª (octogésima) emissão. Os recursos captados por meio das Debêntures foram destinados diretamente ao reembolso, pela Companhia, de gastos, custos e despesas decorrentes do pagamento de aluguéis já incorridos de determinados imóveis, na forma prevista nesta Escritura de Emissão.

A amortização da 1ª série da 18ª emissão de debêntures ocorre com pagamentos em duas parcelas em 2025 e 2026 com a remuneração semestral, sendo a parcela de 2025 já efetivamente paga e a 2ª série da 18ª emissão ocorre com pagamentos em duas parcelas em 2027 e 2028 com a remuneração semestral. A amortização da 1ª série da 19ª emissão ocorrerá com pagamento exclusivo no vencimento com a remuneração semestral e a amortização e remuneração da 2ª série da 19ª emissão ocorrerão com pagamento exclusivo no vencimento. A amortização e remuneração da 1ª série da 20ª emissão foi efetivamente realizada em 2025 e a 2ª série da 20ª emissão ocorrerá com pagamento exclusivo no vencimento e a amortização da 3ª série ocorrerá com pagamentos em duas parcelas em 2026 e 2027 com remuneração a trimestral.

Em 07 de agosto de 2023 a Companhia realizou uma operação de aquisição facultativa de debêntures da 1ª série da 18ª emissão no mercado secundário, seguindo preços de mercado e inferior ao seu valor nominal unitário no momento da emissão. O total desembolsado foi de R\$21 para a aquisição de 27.330 debêntures, equivalente ao valor nominal total atualizado de R\$28 da emissão, representando 1,8% das debêntures em circulação desta Emissão. As debêntures objeto desta recompra foram canceladas em dezembro de 2023. O ganho na transação no valor de R\$7 está registrado no resultado financeiro.

Em 07 de novembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 20ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 3 séries, da espécie quirografária com prazo de vencimento em até 3 anos, no montante de R\$1.386 para distribuição pública. Os recursos captados por meio das Debêntures foram destinados ao pré-pagamento das 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries das notas promissórias comerciais da 5ª emissão da Companhia.

17.6 Garantias

A Companhia não oferece garantias relevantes para seus contratos de empréstimos.

17.7 Contratos de Swap

A Companhia faz uso de operações de swap de 100% das captações em Euro e taxas de juros fixas, trocando essas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). Esses contratos têm o mesmo prazo da dívida e protegem os juros e o principal e são assinados com o mesmo grupo econômico. A taxa média ponderada anual do CDI em 31 de dezembro de 2025 foi de 14,32% (10,88% em 31 de dezembro de 2024).

17.8 Índices financeiros

Em conexão com as emissões de debêntures e notas promissórias, bem como com determinadas operações de empréstimos em moeda estrangeira e capital de giro, a Companhia possui a obrigação de manter determinados índices financeiros (*covenants*). Esses índices são apurados trimestralmente com

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

base nas informações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em 2025, a Companhia propôs aos credores a suspensão do índice de dívida líquida sobre patrimônio líquido, conforme divulgado em 02 de setembro de 2025. A anuência a essa suspensão ficou condicionada à alteração da definição de “EBITDA Consolidado” utilizada no índice de dívida líquida sobre EBITDA. O processo de alteração foi concluído em 26 de janeiro de 2026.

A Companhia calculou os seguintes índices: (i) dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber), não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25.

Adicionalmente, foi apurado o índice de dívida líquida consolidada/ “EBITDA Consolidado”, inferior a um limite que evolui ao longo do tempo (de 3,75x a 3,25x). O “EBITDA Consolidado” corresponde ao resultado antes do resultado financeiro e dos tributos, ajustado pelos seguintes itens: (1) parcelamento de impostos e contingências tributárias; (2) resultado com ativo imobilizado; (3) depreciação e amortização; (4) depreciação e amortização (Logística); e (5) pagamentos de passivo de arrendamento e juros.

Em 31 de dezembro de 2025, o GPA estava adimplente em relação a todos os índices financeiros aplicáveis.

18. Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

18.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil		Valor contábil	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Ativos financeiros:				
<u>Custo amortizado</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	1.751	2.106	1.990	2.631
Partes relacionadas	69	13	59	5
Outros ativos (aplicações financeiras)	24	15	24	15
Contas a receber e outras contas a receber	1.053	1.117	1.140	1.165
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Instrumentos financeiros-Hedge de valor justo	36	23	36	23
<u>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</u>				
Contas a receber com administradoras de cartão de crédito e tickets de vendas	53	130	53	131
Passivos financeiros:				
<u>Custo amortizado</u>				
Partes relacionadas	(225)	(52)	-	(6)
Fornecedores	(2.933)	(2.942)	(3.014)	(2.976)
Fornecedores Convênio	(382)	(372)	(382)	(372)
Financiamento por compra de ativo	(80)	(156)	(80)	(156)
Debêntures e notas promissórias	(2.670)	(3.308)	(2.670)	(3.308)
Empréstimos e financiamentos	(427)	(229)	(427)	(229)
Arrendamento financeiro	(4.369)	(4.327)	(4.370)	(4.328)
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Empréstimos e financiamentos (Objeto de <i>Hedge accounting</i>)	(1.005)	(508)	(1.005)	(508)

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na tabela anterior se aproxima do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos valores justos diferem dos saldos contábeis, encontram-se divulgados na nota 18.4.

18.2 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias

(i) Risco de crédito

- **Caixa e equivalentes de caixa:** a fim de minimizar o risco de crédito são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê Financeiro da Companhia, considerando-se os limites monetários e as avaliações das instituições financeiras, os quais são constantemente atualizados.
- **Contas a receber:** o risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas serem realizadas por meio de cartões de crédito. Parte desses recebíveis são vendidos aos bancos e às administradoras de cartões de crédito, com o objetivo de prover o capital de giro e isso proporciona o desconhecimento das contas a receber em virtude da transferência

do risco de crédito, benefícios e controle sobre tais ativos. Adicionalmente, principalmente para as contas a receber parceladas, a Companhia monitora o risco pela concessão de crédito e pela análise constante dos saldos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

- Não há saldos a receber da operação ou vendas a clientes que sejam, individualmente, superiores a 5% das contas a receber ou receitas.
- A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos, esse risco é mitigado efetuando transações de acordo com as políticas aprovadas pelos órgãos de governança.
- Os saldos de “Outras Contas a Receber” são considerados incobráveis e, portanto, baixados da carteira de contas a receber, quando o pagamento não é efetuado após 360 dias da data do vencimento. A cada fechamento anual dos balanços, a Companhia avalia se os ativos ou grupos de ativos financeiros apresentaram perda de seu valor recuperável.

(ii) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias contratam empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras, com o objetivo de suprir necessidades de caixa e viabilizar seus investimentos. Em decorrência dessas operações, a Companhia e suas subsidiárias estão expostas, principalmente, ao risco de variações nas taxas de juros, em especial aquelas relacionadas às dívidas indexadas ao CDI e à parcela passiva das operações com instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge da exposição cambial. Por outro lado, o saldo de caixa e equivalentes de caixa, majoritariamente indexado ao CDI, contribui para a mitigação parcial do risco de flutuações nas taxas de juros.

(iii) Risco da taxa de câmbio

As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como *swaps*, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

(iv) Risco de gestão de capital

O principal objetivo da administração de capital da Companhia é assegurar a manutenção de uma adequada estrutura de capital e de uma classificação de crédito compatível, de forma a suportar a continuidade e o desenvolvimento de seus negócios, bem como maximizar o valor aos acionistas. Para tanto, a Companhia monitora e administra sua estrutura de capital, ajustando-a, quando necessário, em função de mudanças nas condições econômicas, financeiras e de mercado.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de dezembro de 2025. A estrutura de capital alinhada com os índices financeiros está assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1.751	2.106	1.990	2.631
Contas a receber	199	368	285	408
Instrumentos financeiros derivativos	36	23	36	23
Empréstimos e financiamentos	(4.102)	(4.045)	(4.102)	(4.045)
Dívida líquida	(2.116)	(1.548)	(1.791)	(983)
Patrimônio líquido	(2.106)	(2.926)	(2.124)	(2.935)
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido	100%	53%	84%	33%

(v) Risco de gestão de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez

através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros.

O quadro a seguir resume o perfil passivo financeiro da Companhia nos vencimentos, não considerando o fluxo de caixa descontado em 31 de dezembro de 2025.

Controladora				
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	2.113	2.896	-	5.009
Passivo de arrendamento	1.004	3.366	3.322	7.692
Fornecedores	2.933	-	-	2.933
Fornecedores convênio	382	-	-	382
Total	6.432	6.262	3.322	16.016

Consolidado				
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	2.113	2.896	-	5.009
Passivo de arrendamento	1.005	3.366	3.322	7.693
Fornecedores	3.014	-	-	3.014
Fornecedores Convênio	382	-	-	382
Total	6.514	6.262	3.322	16.098

As informações acima foram preparadas considerando os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia possa ser obrigada a efetuar o pagamento ou ter o direito de recebimento. Na medida em que os fluxos de juros são flutuantes, o valor não descontado é obtido com base nas curvas de taxa de juros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Dessa forma, alguns saldos apresentados não conferem com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais

(vi) Instrumentos financeiros derivativos

Determinadas operações de swap são designadas como hedge de valor justo, com o objetivo de mitigar a exposição cambial (Euro) e às taxas de juros prefixadas, por meio da conversão das dívidas para moeda e taxas de juros locais. Em 31 de dezembro de 2025, o valor nominal desses contratos totalizava R\$959 (R\$478 em 31 de dezembro de 2024). Tais operações são usualmente contratadas em condições equivalentes de valor, prazo e indexadores às dívidas objeto de proteção e realizadas com instituições financeiras do mesmo grupo econômico, em observância aos limites e diretrizes estabelecidos pela Administração.

De acordo com as políticas de tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações de instrumentos financeiros derivativos para fins diversos da proteção, sendo vedadas operações com limitadores ("caps"), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades distintas de swaps ou contratos a termo (*forwards*) tradicionais destinados à proteção de dívidas.

A Companhia avalia a efetividade das relações de hedge no momento de sua designação e de forma contínua ao longo da vigência dos instrumentos. As operações de hedge contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresentaram efetividade compatível em relação às dívidas objeto de proteção. Para os derivativos qualificados para contabilidade de hedge, nos

termos do CPC 48 / IFRS 9, o passivo financeiro objeto da proteção é ajustado ao valor justo, com os respectivos efeitos reconhecidos no resultado.

		Consolidado			
		Valor de referência		Valor justo	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
<u>Swap com contabilização de hedge</u>					
Objeto de <i>hedge</i> (dívida)		959	478	1.007	512
<u>Posição ativa (comprada)</u>					
Taxa prefixada	TR + 9,80%	21	22	2	4
EUR + fixa	EUR + 4,41% a.a.	938	456	1.005	508
		959	478	1.007	512
<u>Posição passiva (vendida)</u>					
Taxa prefixada	CDI + 1,79% a.a.	(959)	(478)	(971)	(489)
Posição de <i>hedge</i> - ativo		-	-	36	23
Posição de <i>hedge</i> - passivo		-	-	-	-
Posição de <i>hedge</i> líquida		-	-	36	23

Ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses contratos durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a receber pelo seu valor justo é de R\$36 (a receber de R\$23 em 31 de dezembro de 2024), o ativo está registrado na rubrica de “Instrumentos financeiros” e o passivo em “Empréstimos e financiamentos”.

(vii) Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes independentes, conhecedoras e dispostas a negociar, em uma transação realizada em condições normais de mercado, na data de mensuração.

Os valores justos são apurados por meio da projeção dos fluxos de caixa futuros das operações, utilizando as curvas do CDI, com posterior desconto a valor presente pelas taxas de mercado de swaps CDI, conforme divulgadas pela B3.

Os valores a mercado dos swaps de cupom cambial versus CDI são determinados com base nas taxas de câmbio vigentes na data-base das demonstrações financeiras e nas taxas futuras projetadas pelo mercado, calculadas a partir das curvas de cupom das respectivas moedas.

Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira, é adotada a convenção linear de 360 dias corridos, enquanto, para as posições indexadas ao CDI, é utilizada a convenção exponencial de 252 dias úteis.

(viii) Outros riscos de liquidez

Em função das operações de reestruturação societárias envolvendo Sendas e GCB, bem como da operação de arrendamento de estabelecimentos comerciais contratada junto ao Grupo Paes Mendonça em 1999, é possível que terceiros demandem a Companhia em relação a contingências daquelas sociedades com base em alegações de solidariedade ou sucessão. A Companhia monitora questões conexas a esse tema em conjunto com assessores jurídicos externos, as contingências em discussão estão mencionadas na nota 21.

18.3 Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Foi considerado como cenário mais provável de se realizar, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (moedas e juros) da B3.

Dessa maneira, no cenário provável (I) não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros. Para os cenários (II) e (III), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, a Administração considera um acréscimo de 10% e um decréscimo de 10%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros.

Para o cenário provável, a taxa de juros ponderada foi de 14,18% ao ano.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos.

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados.

Outros instrumentos financeiros

Transações	Risco (variação do CDI)	Saldo em 31.12.2025	Projeção da Sensibilidade		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Contrato de <i>swap</i> de taxa pré-fixada (ponta passiva)	CDI - 0,13% a.a.	(2)	(1)	(1)	(1)
Contrato de <i>swap</i> cambial (ponta passiva)	CDI + 1,79% a.a.	(967)	(146)	(158)	(133)
Debêntures e notas promissórias	CDI + 1,67% a.a.	(2.688)	(413)	(449)	(377)
Empréstimos bancários	CDI + 2,49% a.a.	(425)	(69)	(74)	(63)
Caixa e equivalentes de caixa (*)	98,77% do CDI	1.837	249	273	224
Aplicações Financeiras (*)	98,77% do CDI	24	3	3	3
Exposição líquida e efeitos no resultado:		(2.221)	(377)	(406)	(347)

(*) média ponderada

18.4 Mensuração de valor justo

A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e daqueles mensurados ao custo amortizado cujos valores justos diferem de seus respectivos valores contábeis, em conformidade com o CPC 46 / IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo, que estabelece os conceitos de mensuração e os requerimentos de divulgação aplicáveis.

A mensuração do valor justo é classificada em uma hierarquia que reflete a natureza das premissas utilizadas, conforme descrito a seguir:

Nível 1: mensuração do valor justo na data do balanço com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a Companhia tenha acesso na data da mensuração.

Nível 2: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando premissas observáveis, direta ou indiretamente, para o ativo ou passivo, exceto preços cotados em mercados ativos classificados no Nível 1.

Nível 3: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando premissas não observáveis para o ativo ou passivo.

As informações utilizadas nos modelos de mensuração são obtidas, sempre que possível, a partir de mercados observáveis ou de informações provenientes de operações e transações comparáveis. Os julgamentos envolvidos incluem a avaliação de fatores como risco de liquidez, risco de crédito e

volatilidade. Alterações nas premissas relacionadas a esses fatores podem impactar os valores justos apurados para os instrumentos financeiros.

Os valores justos do Caixa e Equivalentes de Caixa, Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar a Fornecedores são considerados equivalentes aos seus respectivos valores contábeis, em razão da curta maturidade desses instrumentos.

A tabela a seguir apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, bem como dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujo valor justo é divulgado nas demonstrações financeiras.

	Valor contábil e Valor Justo 31.12.2025	Nível
Ativos e passivos financeiros		
Contas a receber com administradores de cartões de crédito e tickets de venda	53	2
Swap de taxa de juros entre moedas	36	2
Empréstimos e financiamentos (valor justo) (*)	(1.005)	2
Empréstimos e financiamentos (custo amortizado)	(3.097)	2
Total	(4.013)	

(*) As premissas utilizadas no cálculo do valor justo estão descritas na nota explicativa 18.4.

Os *swaps* de taxa de juros, moeda estrangeira, empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras são classificados no Nível 2, pois são utilizados *inputs* de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura.

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no período findo em 31 de dezembro de 2025.

18.5 Posição consolidada das operações com instrumentos financeiros derivativos

A posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro a seguir:

Risco	Valor de referência	Vencimento	Consolidado		
			31.12.2025	31.12.2024	
<u>Dívida</u>					
EUR - BRL	EUR 75 milhões	R\$ 456 milhões	2026	-	23
EUR - BRL	EUR 75 milhões	R\$ 469 milhões	2028	9	-
EUR - BRL	EUR 75 milhões	R\$ 469 milhões	2028	27	-
Total				36	23

Os efeitos de hedge ao valor justo por meio resultado do período findo em 31 de dezembro de 2025 resultaram em uma perda de R\$71 (ganho de R\$30 em 31 de dezembro de 2024).

19. Impostos e contribuições a recolher e parcelados

19.1 Política Contábil

As receitas de vendas de mercadorias e prestação de serviços estão sujeitas à incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Serviços (ISS), calculados com base nas alíquotas vigentes em cada jurisdição, bem como às contribuições ao Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Tais tributos não

representam receita da Companhia e, portanto, são apresentados de forma líquida da receita bruta, nos termos do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Os impostos e contribuições parcelados referem-se a débitos tributários incluídos em programas formais de parcelamento ou transação tributária, sendo reconhecidos como passivos e mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, acrescidos de juros, multas e atualizações monetárias, conforme os termos legais e contratuais. Os encargos financeiros incidentes são reconhecidos no resultado financeiro.

Os passivos tributários são classificados como circulantes e não circulantes, conforme seus vencimentos, nos termos do CPC 26 / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Tributos objeto de questionamento administrativo ou judicial são tratados de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com constituição de provisão quando a perda for considerada provável e mensurável.

19.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Impostos parcelados - PERT e transação por adesão (i)	99	103	99	103
IPI (ii)	18	48	18	48
ICMS	214	220	216	223
Acordo Paulista - Lei nº 17.843/2023 (iii)	631	624	631	624
Outros	11	10	14	12
	973	1.005	978	1.010
Circulante	350	380	355	385
Não circulante	623	625	623	625

(i) A Companhia decidiu incluir débitos tributários federais no Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, conforme condições descritas na Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017. Além do pagamento em parcelas, o PERT outorga reduções nos montantes de multa e juros. A Companhia incluiu débitos relacionados a (i) autuações sobre transações de compra, industrialização e venda de exportação de soja e derivados (PIS/COFINS), (ii) não homologação de compensações (IRPJ, PIS/COFINS); além dos débitos anteriormente classificados com risco de perda possível relacionados principalmente a CPMF. O PERT está sendo liquidado em parcelas mensais em 12 anos. A Companhia está adimplente com as obrigações assumidas neste parcelamento. No segundo trimestre de 2025, a Companhia incluiu débitos relacionados a contribuição previdenciária sobre PLR conforme condições descritas no Edital de Transação por Adesão no Contencioso Tributário de Relevante e Disseminada Controvérsia Jurídica nº 27/2025, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que segue: redução de 65% sobre o valor total do débito, utilização de prejuízo fiscal/base de cálculo negativa em até 30% sobre o saldo remanescente após o desconto, pagamento de entrada de 30%, e quitação do valor restante em 12 parcelas.

(ii) A Companhia decidiu incluir débitos de IPI no Programa de Autorregularização (instituído pela Lei nº 14.740, de 29 de novembro de 2023, e regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 2.168, de 28 de dezembro de 2023) que concedeu benefícios como redução de multas e juros, além de possibilidade de pagamento com utilização de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, bem como, parcelamento em até 48 vezes. Os ganhos oriundos destes descontos não serão tributados pelo IRPJ/CSLL/PIS/COFINS conforme disposto na legislação.

(iii) A Companhia aderiu ao programa de quitação de débitos de ICMS do governo do Estado de São Paulo (“Acordo Paulista”), conforme edital PGE/Transação nº 01/2024, previsto no artigo 43 da Lei nº 17.843/2023. O acordo tem como objetivo a regularização voluntária pelos contribuintes, reduzindo discussões judiciais, com a concessão de benefícios para o pagamento dos débitos que se encontram na dívida ativa do Estado de São Paulo. Os principais benefícios são: (i) desconto de 100% dos juros incorridos; (ii) desconto de 50% da soma do principal e multa, limitado ao valor do principal; e (iii)

pagamento dos débitos em 120 parcelas mensais corrigidas pela taxa SELIC. Após análise individual dos processos judiciais, considerando riscos e benefícios, a Companhia optou pela adesão ao acordo no montante de R\$3,6 bilhões, correspondente substancialmente à totalidade dos débitos elegíveis, resultando em uma redução aproximada de 80% do valor original e no reconhecimento de um passivo residual de aproximadamente R\$791 na data da adesão. Em 2024, foi reconhecida despesa de R\$258, sendo R\$66 registrada em outras despesas operacionais e R\$192 relacionada à operação descontinuada dos hipermercados.

19.3 Cronograma de vencimentos dos impostos parcelados no passivo não circulante ocorrerá conforme indicado a seguir:

<u>Em</u>	<u>Consolidado</u>
De 1 a 2 anos	65
De 2 a 3 anos	71
De 3 a 4 anos	73
De 4 a 5 anos	70
Acima de 5 anos	344
	623

20. Imposto de renda e contribuição social

20.1 Política Contábil

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes, ativos e passivos, são mensurados pelo valor esperado de restituição ou pagamento às autoridades fiscais, com base nas alíquotas e legislações vigentes ou substancialmente vigentes na data de encerramento de cada exercício.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), apurados pelo regime do lucro real. O IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder R\$240 por ano, e a CSLL à alíquota de 9%, perfazendo uma alíquota combinada de 34%.

Em decorrência de decisão desfavorável do Supremo Tribunal Federal (STF), proferida em fevereiro de 2023, acerca dos limites da coisa julgada, com modulação de efeitos a partir de setembro de 2007, a Companhia passou a recolher a CSLL à alíquota de 9%, aplicável em conjunto com o IRPJ.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis, bem como sobre prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização.

Ativos fiscais diferidos não são reconhecidos quando decorrentes do reconhecimento inicial de ativos ou passivos em transações que não constituem combinação de negócios e que, no momento da operação, não afetem o resultado contábil nem o lucro tributável. Diferenças temporárias dedutíveis relacionadas a investimentos em controladas e coligadas são reconhecidas apenas quando for provável sua reversão em futuro previsível.

Os ativos fiscais diferidos são revisados a cada data-base e reduzidos quando não for mais provável sua realização, sendo novamente reconhecidos quando houver expectativa consistente de lucros tributáveis futuros.

Os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos não têm prazo prescricional, mas sua utilização, conforme definida em lei, é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício para as entidades legais brasileiras, e referem-se às suas subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são igualmente registrados no patrimônio líquido. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando existe direito legal de compensação e quando se referem à mesma entidade e à mesma autoridade fiscal.

A mensuração e o reconhecimento de tributos diferidos envolvem julgamento significativo da Administração, com base em projeções de resultados futuros e no planejamento tributário aprovado. Diferenças entre estimativas e resultados efetivos, bem como alterações na legislação ou interpretação fiscal, podem resultar em ajustes futuros nas despesas tributárias, para os quais a Companhia constitui provisões quando aplicável.

20.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Imposto de renda e contribuição social incertos (ICPC 22)	48	227	53	231
Programa de autorregularização	46	127	46	127
Total	94	354	99	358
Circulante	18	68	23	72
Não circulante	76	286	76	286

20.3 Incerteza sobre o tratamento de imposto de renda e contribuição social

Em atendimento ao IFRIC23/ ICPC22 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre a Renda, o GPA possui discussões administrativas e judiciais com órgãos fiscalizadores da União, as quais estão relacionadas a tratamentos incertos adotados na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, com base na avaliação interna e dos assessores jurídicos, o tratamento fiscal adotado pela Companhia está adequado e por essa razão são classificados como chance de êxito maior que a chance de não êxito da causa (*more likely than not*).

Companhia possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, nulidades no lançamento, subvenção para investimento, lucros auferidos no exterior, momento da tributação do indébito tributário, entre outros de menor expressão avaliados com probabilidade de perdas possíveis por assessores jurídicos e, portanto, não provisionadas. No 4º trimestre de 2025, a Companhia recebeu dois autos, relacionados, principalmente, a subvenção para investimento e lucros auferidos no exterior, temas já autuados anteriormente e momento da tributação do indébito tributário. O montante envolvido equivale a R\$2.403 em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.347 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia possui processos judiciais e administrativos relativos à cobrança de diferenças no recolhimento de IRPJ e CSLL, supostamente devidas em relação aos anos-calendário de 2007 a 2013, sob a alegação de que houve dedução indevida de amortizações de ágio. Caso a Companhia venha a ser demandada a pagar tais diferenças, na avaliação da administração e de seus assessores jurídicos, a Companhia terá o direito de ser indenizada por Península Participações S.A. e Casino Guichard Perrachon S.A. O valor envolvido é de R\$1.923 em 31 de dezembro de 2025 (R\$2.552 em 31 de dezembro de 2024). A redução de contingências se dá substancialmente pela adesão em abril de 2025 ao programa instituído pela Lei nº 14.689/2023, para um de seus processos.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.4 Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Prejuízo antes do IR e CSLL (operações continuadas)	(1.477)	(1.705)	(1.433)	(1.677)
Crédito de IR e CSLL	502	580	487	570
Multas fiscais indedutíveis	(7)	(15)	(7)	(15)
Equivalência patrimonial	39	34	20	22
Juros SELIC decorrentes de débitos tributários	14	-	14	-
Indenizatório (ágio)	37	-	37	-
Subvenção para investimentos	28	-	28	-
IRPJ e CSLL diferidos não constituído sobre Prejuízo fiscal e Base negativa (*)	44	(543)	44	(543)
Impairment do investimento - Bellamar	179	-	179	-
Outras diferenças permanentes (não dedutíveis)	(8)	(20)	(11)	(22)
Imposto de renda e contribuição social efetivo	828	36	791	12
Imposto de renda e contribuição social do exercício:				
Correntes	24	(70)	(7)	(93)
Diferidos	804	106	798	105
Crédito de imposto de renda e contribuição social	828	36	791	12
Taxa efetiva	56,06%	2,11%	55,20%	0,72%

(*) Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia atualizou a avaliação sobre a viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, bem como a possibilidade de utilização desses créditos como meio de pagamento na liquidação de débitos tributários federais, conforme previsto na legislação atual e transações precedentes realizadas pela Companhia. Com base nesta avaliação, a Companhia reconheceu créditos tributários referentes a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no valor de R\$418.

20.5 Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora					
	31.12.2025			31.12.2024		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (*)	1.149	-	1.149	715	-	715
Provisão para demandas judiciais	707	-	707	745	-	745
Amortização fiscal de ágio	-	(188)	(188)	-	(371)	(371)
Ajuste a marcação a mercado	-	(6)	(6)	-	(11)	(11)
Imobilizado, intangível e propriedades para investimento	-	(84)	(84)	-	(40)	(40)
Ganhos não realizados com créditos tributários	-	(284)	(284)	-	(325)	(325)
Arrendamento mercantil / (direito de uso)	1.467	(1.123)	344	1.454	(1.113)	341
Outros	33	-	33	103	-	103
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	3.356	(1.685)	1.671	3.017	(1.860)	1.157
Compensação	(1.685)	1.685	-	(1.860)	1.860	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	1.671	-	1.671	1.157	-	1.157

(*) O montante de R\$1.149 é composto por R\$2.399 de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social bruta e um valor de R\$(1.250) referente ao reconhecimento de provisão ao valor recuperável (*impairment*), considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis.

	Consolidado					
	31.12.2025			31.12.2024		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (*)	1.172	-	1.172	745	-	745
Provisão para demandas judiciais	709	-	709	747	-	747
Amortização fiscal de ágio	-	(188)	(188)	-	(371)	(371)
Ajuste a marcação a mercado	-	(6)	(6)	-	(11)	(11)
Imobilizado, intangível e propriedades para investimento	-	(84)	(84)	-	(40)	(40)
Ganhos não realizados com créditos tributários	-	(289)	(289)	-	(330)	(330)
Arrendamento mercantil / (direito de uso)	1.467	(1.123)	344	1.454	(1.113)	341
Outras	33	-	33	103	-	103
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	3.381	(1.690)	1.691	3.049	(1.865)	1.184
Compensação	(1.690)	1.690	-	(1.865)	1.865	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	1.691	-	1.691	1.184	-	1.184

(*) O montante de R\$1.172 é composto por R\$2.422 de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social bruta e um valor de R\$(1.250) referente ao reconhecimento de provisão ao valor recuperável (*impairment*), considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis.

A Companhia estima recuperar esses créditos como segue:

Ano	Controladora	Consolidado
Em 1 ano (*)	571	571
De 1 a 2 anos	16	16
De 2 a 3 anos	90	90
De 3 a 4 anos	106	106
De 4 a 5 anos	117	117
Acima de 5 anos	771	791
	1.671	1.691

(*) A Companhia espera recuperar esses créditos com base na sua capacidade provável de geração de lucros tributáveis futuros e na possibilidade de sua utilização na liquidação de débitos tributários federais, conforme previsto na legislação vigente e em experiências anteriores de compensação já realizadas pela própria Companhia.

20.6 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
No início do exercício	1.157	1.051	1.184	1.078
Crédito (despesa) no exercício – Operações continuadas	804	106	797	105
Pagamento de passivo contingente com Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	(291)	-	(291)	-
Outros	1	-	1	1
No final do exercício	1.671	1.157	1.691	1.184

21. Provisão para demandas judiciais**21.1 Política Contábil**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas subsidiárias possuem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de eventos passados, sendo provável a saída de recursos econômicos para a liquidação da obrigação e quando uma estimativa confiável do valor possa ser realizada.

As despesas relacionadas às provisões são reconhecidas no resultado do exercício em que são constituídas, líquidas de eventuais reembolsos, quando aplicável.

No caso de honorários advocatícios contingentes (honorários de êxito), a Companhia e suas subsidiárias adotam como política o reconhecimento da provisão no momento em que tais honorários são incorridos, ou seja, quando ocorre o julgamento definitivo das respectivas demandas. Para as causas ainda não finalizadas, os montantes envolvidos são divulgados em notas explicativas.

A avaliação da probabilidade de perda considera, entre outros fatores, as evidências disponíveis, a hierarquia das normas legais aplicáveis, a jurisprudência existente, decisões mais recentes dos tribunais, sua relevância jurídica, o histórico de ocorrências e valores envolvidos, bem como a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos.

A provisão para demandas judiciais é estimada pela administração da Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos internos e externos, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas classificadas como prováveis.

21.2 Composição

a) Controladora

	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis e Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	929	842	267	2.038
Adições	124	501	67	692
Pagamentos	(109)	(517)	(46)	(672)
Reversões	(89)	(96)	(11)	(196)
Transferências	(24)	-	-	(24)
Atualização monetária	70	102	47	219
Saldo em 31 de dezembro de 2025	901	832	324	2.057

	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis e Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.108	802	238	2.148
Adições	490	539	159	1.188
Pagamentos	-	(454)	(77)	(531)
Reversões	(137)	(133)	(94)	(364)
Transferências (*)	(566)	-	-	(566)
Atualização monetária	34	88	41	163
Saldo em 31 de dezembro de 2024	929	842	267	2.038

(*) Refere-se a adesão na modalidade parcelada, ao programa disciplinado pela Procuradoria do Estado de São Paulo, através do artigo 43 da Lei nº 17.843/2023, transferidos para impostos parcelados, conforme nota 19.2.

b) Consolidado

	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis e Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	929	845	268	2.042
Adições	124	501	67	692
Pagamentos	(109)	(517)	(46)	(672)
Reversões	(89)	(96)	(11)	(196)
Transferências	(24)	-	-	(24)
Atualização monetária	70	103	47	220
Saldo em 31 de dezembro de 2025	901	836	325	2.062

	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis e Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.108	804	239	2.151
Adições	490	539	159	1.188
Pagamentos	-	(454)	(77)	(531)
Reversões	(137)	(133)	(94)	(364)
Transferências (*)	(566)	-	-	(566)
Atualização monetária	34	89	41	164
Saldo em 31 de dezembro de 2024	929	845	268	2.042

(*) Refere-se à adesão na modalidade parcelada, ao programa de disciplinado pela Procuradoria do Estado de São Paulo, através do artigo 43 da Lei nº 17.843/2023, transferidos para impostos parcelados, conforme nota 19.2.

21.3 Tributárias

Processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, a atualização monetária mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões com base em taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e provisionados com respeito aos montantes não pagos.

Assuntos tributários

A Companhia discute judicialmente o direito de não efetuar o recolhimento das contribuições previstas na Lei Complementar nº 110/2001, instituídas para o custeio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$39 (R\$37 em 31 de dezembro de 2024).

Remanesceram outras demandas tributárias que, de acordo com a análise de seus consultores jurídicos, foram provisionadas pela Companhia. São elas: (i) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP); (ii) crédito indevido; (iii) não incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários; (iv) exigência do IPI na revenda de produtos importados; (v) discussões relativas a IPTU e; (vi) outros assuntos. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2025 para esses assuntos é R\$862 (R\$871 em 31 de dezembro de 2024).

Indenizatório com Sendas Distribuidora S.A.

A Companhia é responsável pelos processos jurídicos da Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas") anteriores a atividade do Assaí. Em 31 de dezembro de 2025 o valor total é de R\$31, sendo que R\$4 processos tributários, R\$8 trabalhistas e R\$19 cíveis (R\$26, sendo que de processos tributários é R\$4, trabalhista R\$7 e cível R\$15 em 31 de dezembro de 2024).

21.4 Trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias são parte em diversos processos trabalhistas, os quais decorrem, principalmente, de rescisões de contratos de trabalho realizadas no curso normal de suas operações. Em 31 de dezembro de 2025, a provisão para demandas trabalhistas era de R\$836 (R\$845 em 31 de dezembro de 2024).

A Administração, com o suporte de seus consultores jurídicos internos e externos, avalia periodicamente essas demandas e reconhece provisões para perdas quando consideradas prováveis e passíveis de estimativa confiável.

Para os processos recentemente incluídos na base, que ainda não dispõem de informações suficientes para uma avaliação individual específica, a provisão inicial é estimada com base em parâmetros históricos. Nestes casos a mensuração das provisões é realizada com base na experiência histórica da Companhia em demandas de natureza e características semelhantes, levando em conta, entre outros fatores, a média histórica de desembolsos por cargo e a probabilidade histórica de êxito nas demandas.

À medida que tais processos avançam e passam a contar com maior nível de detalhamento e evolução nas discussões jurídicas, seus valores são reavaliados periodicamente pelos consultores internos e externos, de forma a refletir, de maneira mais precisa, a melhor estimativa da perda provável associada a cada demanda. Essa avaliação também é aplicada para carteira das ações coletivas.

21.5 Cíveis, regulatórias e outros

A Companhia e suas subsidiárias são parte em ações judiciais de natureza cível, incluindo, entre outras, demandas indenizatórias e de cobrança, as quais se encontram em diferentes fases processuais e tramitam em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia, com o suporte de seus consultores jurídicos internos e externos, constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais decisões judiciais desfavoráveis, quando as perdas são avaliadas como prováveis e passíveis de estimativa confiável. O total das demandas cíveis e regulatórias em 31 de dezembro de 2025 é de R\$325 (R\$268 em 31 de dezembro de 2024).

Entre esses processos destacam-se:

- A Companhia e suas subsidiárias respondem a diversas ações cíveis, incluindo demandas ajuizadas por consumidores, fornecedores e prestadores de serviço, bem como processos de natureza imobiliária relacionados às suas relações locatícias, tais como ações revisionais e renovatórias, nas quais há discussão acerca da vigência contratual e dos valores de aluguéis. Em 31 de dezembro de 2025, o montante da provisão constituída para essas demandas era de R\$32 (R\$28 em 31 de dezembro de 2024), não havendo depósitos judiciais relacionados a tais processos.

A Companhia entende que eventuais diferenças entre os valores de aluguel originalmente pagos e aqueles que venham a ser fixados judicialmente de forma desfavorável à Companhia caracterizam aluguéis complementares. Dessa forma, tais valores atendem aos critérios de reconhecimento previstos na norma contábil de arrendamentos (IFRS 16 / CPC 06 (R2)) e, quando aplicável, passam a integrar o passivo de arrendamento da Companhia.

- A Companhia e suas subsidiárias ajuízam e respondem a algumas ações judiciais e administrativas relacionadas a multas aplicadas por órgãos fiscalizadores da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, dentre eles destacam-se órgãos de defesa do consumidor (Ministério Público, ANVISA, PROCONs, INMETRO, Prefeituras e outros) e algumas ações envolvendo rescisões de contrato com fornecedores. A Companhia, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para desembolsos prováveis de caixa de acordo com a estimativa de perda. Em 31 de dezembro de 2025, o montante da provisão para essas ações é de R\$144 (R\$114 em 31 de dezembro de 2024).

- Em relação a valores remanescentes a outros assuntos de alçada cível em 31 de dezembro de 2025, o montante provisionado é de R\$149 (R\$126 em 31 de dezembro de 2024).

21.6 Passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como probabilidade de perdas possíveis, portanto, não provisionadas. Os processos possíveis totalizam um montante atualizado de R\$13.447 em 31 de dezembro de 2025 (R\$12.381 em 31 de dezembro de 2024), e são relacionadas principalmente a:

- **INSS** – O GPA foi autuado pela não incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários, entre outros assuntos, cuja perda possível corresponde a R\$311 em 31 de dezembro de 2025 (R\$289 em 31 de dezembro de 2024). Os processos estão em discussão administrativa e judicial. A Companhia vem acompanhando o desenvolvendo destes temas, e juntamente com seus assessores legais, concluiu que os elementos até o momento não requerem que seja feita provisão.
- **IRRF, II e IOF** - O GPA possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, nulidades no lançamento, entre outros de menor expressão. O montante envolvido equivale a R\$166 em 31 de dezembro de 2025 (R\$184 em 31 de dezembro de 2024).
- **COFINS, PIS e IPI** – A Companhia vem sendo questionada sobre compensações não homologadas; multa por descumprimento de obrigação acessória, tributação de descontos recebidos de fornecedores, glosa de créditos de COFINS e PIS, exigência de IPI na revenda de produtos importados, dentre outros assuntos. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R\$7.238 de 31 de dezembro de 2025 (R\$6.692 em 31 de dezembro de 2024).
- **ICMS** - O GPA foi autuado pelos fiscos estaduais quanto à apropriação de créditos de: (i) energia elétrica; (ii) aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual; (iii) incidentes sobre a própria operação de aquisição das mercadorias (ICMS próprio) – art. 271 do RICMS/SP; (iv) decorrentes de vendas financiadas e (v) dentre outros. A soma dessas autuações monta a R\$3.185 em 31 de dezembro de 2025 (R\$3.165 em 31 de dezembro de 2024), as quais aguardam julgamento tanto na esfera administrativa como na judicial.
- **ISS, IPTU, Taxas e outros** – Referem-se a autuações sobre retenção de terceiros, divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias, ISS e taxas diversas, cujo valor monta a R\$158 em 31 de dezembro de 2025 (R\$142 em 31 de dezembro de 2024) e que aguardam decisões administrativas e judiciais.
- **Ações Coletivas Trabalhista** – a Companhia passou a avaliar o risco individual por ação havendo valores ainda incertos, considerando a fase processual atual em que se encontram que totalizam R\$200 em 31 de dezembro de 2025.
- A Companhia é responsável pelos processos da GLOBEX anteriores a associação com Casas Bahia. Em 31 de dezembro de 2025, o montante envolvido é R\$215 (R\$209 em 31 de dezembro de 2024).
- A Companhia também é responsável pelos processos jurídicos da Sendas Distribuidora anteriores a atividade do Assai. Em 31 de dezembro de 2025, o montante envolvido de R\$1.462 sendo tributário R\$1.355 e Cível e outros R\$107 (R\$ 1.363, sendo tributário R\$1.362 e Cível e outros R\$1 em 31 de dezembro de 2024).
- **Outras demandas judiciais** – A partir de 31 de dezembro de 2025 a Companhia passou a avaliar os riscos individuais por processo que referem-se a (i) ações imobiliárias tendo por objeto a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com valores praticados no mercado e o pagamento de valores relacionados a contratos de locação e sublocação, (ii) ações no âmbito da justiça cível e juizado especial cível envolvendo prestadores de serviços, consumidores, fornecedores, Ministério Público e outros terceiros diversos e (iii) processos administrativos instaurados por órgãos fiscalizadores como órgãos de defesa do consumidor (PROCONs), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, dentre outros, totalizando R\$512 de 31 de dezembro de 2025 (R\$337 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia tem por prática contratar advogados externos para defesa das autuações fiscais, cuja remuneração está vinculada a um percentual a ser aplicado sobre o valor do êxito no desfecho judiciais desses processos. Estes percentuais podem variar de acordo com os fatores qualitativos e quantitativos de cada processo, sendo que em 31 de dezembro de 2025 o valor estimado, caso todos os processos fossem finalizados com êxito, é de aproximadamente R\$199 (R\$188 em 31 de dezembro de 2024).

21.7 Depósitos judiciais

A Companhia contesta o pagamento de determinados impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e, para esses fins, efetuou depósitos judiciais correspondentes aos valores das decisões judiciais finais, bem como depósitos em caução relacionados às provisões para processos judiciais, os quais estão registrados no ativo.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Tributárias	131	141	131	141
Trabalhistas	63	162	65	165
Cíveis e outras	26	26	27	26
Total	220	329	223	332

21.8 Garantias

Ações	Imóveis		Carta de fiança / Seguro garantia		Total	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Tributárias	7	7	11.652	11.868	11.659	11.875
Trabalhistas	-	-	1.481	1.458	1.481	1.458
Cíveis e outras	9	9	626	445	635	454
Total	16	16	13.759	13.771	13.775	13.787

Do valor de R\$11.652, o valor de R\$4.611 está relacionado principalmente as garantias do Acordo Paulista (Lei nº 17843/2023) e impostos parcelados federais (PERT e Lei nº 11.941) descritos na nota 18. Essas garantias serão liberadas após a quitação integral do parcelamento.

O custo do seguro e das cartas fiança é aproximadamente 0,92% ao ano do valor das causas e é registrado para despesa pela fluência do prazo.

22. Arrendamentos

22.1 Política Contábil

Na celebração de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. Um contrato é, ou contém, um arrendamento quando transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação.

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, por meio de contratos de arrendamento mercantil canceláveis e não canceláveis, cujos prazos variam substancialmente entre 5 e 25 anos.

A Companhia e suas subsidiárias na condição de arrendatárias

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações que envolvam o direito de uso de ativos, aplicando as isenções previstas no CPC 06 (R2) / IFRS 16 para contratos com prazo inferior a doze meses e para ativos de baixo valor individual, definidos como inferiores a US\$ 5.000 (cinco mil dólares).

Os contratos classificados como arrendamentos são reconhecidos, na data de início do arrendamento, como passivo de arrendamento, em contrapartida ao ativo de direito de uso, ambos mensurados pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Para esse cálculo, é utilizada a taxa de juros implícita no contrato, quando determinável; caso contrário, aplica-se a taxa incremental de financiamento da Companhia (notas 14 e 15).

O prazo do arrendamento considerado na mensuração corresponde ao período durante o qual a Companhia esteja razoavelmente certa de exercer a opção de prorrogação ou de não exercer a opção de rescisão do contrato.

Subsequentemente, os pagamentos efetuados são apropriados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de forma a produzir uma taxa de juros constante sobre o saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira no resultado do período.

Os ativos de direito de uso são amortizados ao longo do prazo do arrendamento. As melhorias, benfeitorias e reformas realizadas nos ativos arrendados são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, o que for menor, sendo este último limitado quando houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado.

Os pagamentos de arrendamentos variáveis são reconhecidos como despesas nos períodos em que são incorridos.

A Companhia e suas subsidiárias na condição de arrendadoras

Os arrendamentos mercantis nos quais a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos incorridos na negociação desses contratos são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base de reconhecimento das receitas de aluguéis.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como receitas nos períodos em que são auferidos.

22.2 Composição

Os contratos de arrendamento mercantil consolidados totalizaram R\$4.370 em 31 de dezembro de 2025 (R\$4.328 em 31 de dezembro de 2024), de acordo com o quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Passivo de arrendamento mercantil - pagamentos mínimos de aluguel:				
Até 1 ano	459	454	459	451
De 1 a 5 anos	1.846	1.799	1.846	1.801
Mais de 5 anos	2.064	2.074	2.065	2.076
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	4.369	4.327	4.370	4.328
Encargos futuros de financiamento	3.323	3.339	3.323	3.342
Valor futuro dos contratos de arrendamento mercantil	7.692	7.666	7.693	7.670
PIS e COFINS embutidos no valor presente dos contratos de arrendamento	266	263	266	263
PIS e COFINS embutidos no valor bruto dos contratos de arrendamento	468	466	468	466

A despesa de juros dos passivos de arrendamento está apresentada na nota 28. A taxa de juros incremental da Companhia e de suas subsidiárias foi de 13,56% no período findo em 31 de dezembro de 2025 (13,06% em 31 de dezembro de 2024).

Caso a Companhia tivesse adotado a metodologia de mensuração considerando a projeção da inflação implícita na taxa incremental nominal e o desconto dos fluxos de caixa pela respectiva taxa incremental

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

nominal, o percentual médio anual de inflação projetada seria de aproximadamente 7,64% (7,31% em 31 de dezembro de 2024). O prazo médio ponderado dos contratos de arrendamento considerados é de 9,66 anos (10,01 anos em 31 de dezembro de 2024).

22.3 Movimentação obrigações de arrendamento mercantil

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2024	4.327	4.328
Captação	64	65
Remensuração	517	517
Provisão de juros	528	528
Amortizações	(902)	(902)
Baixa por antecipação do encerramento do contrato	(122)	(127)
Passivo disponível para venda	-	4
Transferências	4	4
Outros	(47)	(47)
Em 31 de dezembro de 2025	4.369	4.370
Passivo circulante	459	459
Passivo não circulante	3.910	3.911
	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2023	4.295	4.300
Captação	203	203
Remensuração	365	367
Provisão de juros	511	511
Amortizações	(851)	(853)
Baixa por antecipação do encerramento do contrato	(135)	(135)
Passivo disponível para venda	(18)	(22)
Transferências	(16)	(16)
Outros	(27)	(27)
Em 31 de dezembro de 2024	4.327	4.328
Passivo circulante	454	451
Passivo não circulante	3.873	3.877

22.4 Resultado com aluguéis variáveis, ativos de baixo valor e de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Receitas e (Despesas) do período:				
Variáveis (0,1% a 4,5% das vendas)	(10)	(5)	(10)	(5)
Receita com subarrendamentos (*)	65	64	65	64

(*) Refere-se, principalmente, a receita dos contratos de aluguéis a receber das galerias comerciais.

23. Receitas a apropriar**23.1 Política Contábil**

As receitas a apropriar são registradas pela Companhia e suas subsidiárias no passivo, em função da antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais, relacionados principalmente (i) à exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas, (ii) a valores referentes ao aluguel de ponta de gôndola e outras iniciativas comerciais, bem como (iii) aos valores vinculados a programas de fidelidade (Programa Stix).

Essas receitas são reconhecidas e apropriadas ao resultado ao longo do período de cumprimento das respectivas obrigações de desempenho. No caso específico do programa de fidelidade (Programa Stix), a parcela recebida ou alocada referente aos pontos concedidos aos clientes é reconhecida quando os pontos são resgatados ou quando expiram.

23.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Compromisso de venda futura de imóveis	21	27	21	27
Contrato de prestação de serviço – <i>Parcerias</i>	18	28	18	28
Receita Diferida com Pontos - Stix	-	-	136	143
Cartão Presente	22	30	22	30
Outros	2	4	2	4
	63	89	199	232
Circulante	25	30	161	173
Não circulante	38	59	38	59

24. Patrimônio líquido**24.1 Capital social**

Em 13 de março de 2024, a Companhia aprovou a oferta primária de 220.000 ações ao preço alvo de R\$3,20, totalizando o montante de R\$704. Em razão do aumento do capital social da Companhia no âmbito da Oferta, o novo capital social da Companhia passou a ser de R\$2.511.

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025, é representado por 490.797 (490.198 em 31 de dezembro de 2024) milhares de ações nominativas sem valor nominal, representado pelo montante de R\$2.511 (R\$2.511 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 800.000 (em milhares de ações), independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão.

24.2 Reservas de lucros

(i) *Reserva legal*: é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital.

(ii) *Reserva para expansão*: constituída mediante a apropriação de montante fixado pelos acionistas com o fim de prover recursos para o financiamento de aplicações adicionais de capital fixo e circulante, mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as apropriações determinadas por lei, suportado por orçamento de capital, aprovado em assembleia.

24.3 Opções outorgadas

Na rubrica “Opções outorgadas” são reconhecidos os efeitos dos planos de remuneração de executivos, empregados e administradores da Companhia e de suas subsidiárias realizados por meio de pagamentos com base em ações, nos termos do CPC 10 (R1) / IFRS 2.

As transações liquidadas com instrumentos patrimoniais são mensuradas com base no valor justo dos instrumentos na data da outorga, estimado por meio de modelos de precificação apropriados, considerando as condições e os termos dos planos, incluindo vida útil esperada das opções, volatilidade, taxa de dividendos e demais premissas relevantes.

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa ao longo do período de aquisição de direitos, em contrapartida ao patrimônio líquido, com base na melhor estimativa da quantidade de instrumentos que se espera que adquiram direitos. A despesa reconhecida em cada período reflete a movimentação do saldo acumulado entre o início e o fim do exercício.

Condições de mercado e condições de não aquisição de direitos são consideradas na mensuração do valor justo na data da outorga e não dão origem a reversões de despesa, desde que as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços sejam satisfeitas.

Em caso de modificação de instrumentos de patrimônio, é reconhecida, no mínimo, a despesa que teria sido reconhecida caso os termos originais não tivessem sido alterados, sendo registrada despesa adicional quando a modificação resultar em aumento do valor justo ou benefício adicional ao empregado. Cancelamentos são tratados como aquisição imediata dos direitos, com reconhecimento integral da despesa remanescente no resultado, salvo quando substituídos por nova outorga, caso em que são tratados como modificação.

O efeito dilutivo das opções em circulação é considerado no cálculo do lucro diluído por ação.

A seguir descrevemos os planos com opções vigentes:

Plano de remuneração

O Plano de remuneração é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa as atribuições de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de remuneração (“Comitê”).

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de remuneração. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra “B”, seguida de um número.

O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de remuneração é correspondente a R\$0,01 (“preço de exercício”). As opções de ações outorgadas vigentes nesse plano podem representar o máximo 2% do total das ações de emissão da Companhia.

Em 29 de abril de 2024 foi aprovado um novo plano de incentivo que estabelece condições gerais para a outorga de ações e/ou de opções de compra de ações (“Plano”), cujos termos e condições específicos devem ser instituídos através de Programas de Incentivos Atrelados a Ações e/ou Programas de Opção de Compra de Ações (“Programas”), ambos sujeitos à aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia. As ações e/ou opções outorgadas no âmbito da coletividade dos Programas componentes do Plano estão limitadas a 3,5% das ações do capital subscrito da Companhia.

Com a aprovação do Plano pela Assembleia Geral, foi ratificado o Programa de Remuneração Baseada em Ações da Companhia – *Performance Shares* – 2024, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de março de 2024. Tal Programa estabelece que cada série de outorga de ações receberá a letra “D” seguida de um número. A primeira outorga de ações sob os termos deste Programa recebeu a letra D1 e as séries subsequentes a letra D e o número subsequente. A quantidade de ações outorgadas por cada série a cada um de seus beneficiários será recalculada após o período de 36 meses contados da data da outorga, de acordo com um fator multiplicador de desempenho baseado no TSR (*Total Shareholder Return* - Retorno Total aos Acionistas) da ação da Companhia em comparação a um grupo de empresas de mercado também listadas na bolsa de valores, afetando todas as ações outorgadas. Em junho de 2024 foram outorgadas 17.157 milhares de ações no âmbito de tal Programa, sob a série D1.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo de cada ação concedida é R\$3,39 estimado na data de concessão usando o *modelo Monte Carlo* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série D1: (a) expectativa de dividendos de 0,00%, (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 53,97% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 11,39%.

As informações relativas aos planos vigentes estão resumidas a seguir:

Séries outorgadas	Data da outorga	Data de exercício	Preço de exercício na data da outorga	31.12.2025 Quantidade de opções (em milhares)			
				Outorgadas	Exercidas	Canceladas (*)	Vigentes
Série B9	01/07/2023	01/07/2026	0,01	487	(487)	-	-
Série B10	31/05/2023	31/05/2026	0,01	4.875	(658)	(1.282)	2.935
Série D1 - 1º Tranche	01/06/2024	31/05/2027	-	5.719	-	(2.236)	3.483
Série D1 - 2º Tranche	01/06/2024	31/05/2028	-	5.719	-	(2.236)	3.483
Série D1 - 3º Tranche	01/06/2024	31/05/2029	-	5.719	-	(2.236)	3.483
				22.519	(1.145)	(7.990)	13.384

(*) Referem-se a determinadas opções concedidas no âmbito do plano de remuneração baseado em ações que foram canceladas em decorrência do desligamento de executivos da Companhia, nos termos e condições previstos no respectivo regulamento do plano.

Informações consolidadas, planos de opções de compra de ações – GPA

Conforme os termos dos planos das séries, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação da Companhia. Em ambos os planos, o período de carência é de 36 meses, sempre mensurados a partir da data na qual o Conselho de Administração aprovou a emissão da respectiva série de opções. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 6 meses após o fim do período de carência da respectiva data de outorga. A condição para que as opções possam ser exercíveis (*vested*) é a permanência do beneficiário como funcionário da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções e na existência ou não de um período de restrição para venda das ações adquiridas no exercício da opção.

Em 31 de dezembro de 2025, havia 160 mil ações em tesouraria, que poderiam servir de lastro às opções outorgadas do Plano, e o valor da ação da Companhia na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão era de R\$3,80 para cada ação.

O quadro a seguir demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente seriam submetidos os atuais acionistas, em caso de exercício até 2025 de todas as opções outorgadas:

	31.12.2025	
	Série B	Série D
Quantidade de ações total	490.797	490.797
Saldo das séries outorgadas em vigor	2.935	10.448
Percentual máximo de diluição	0,60%	2,13%

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo Black & Scholes de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série B10: (a) expectativa de dividendos de 2,59%, (b) expectativa de volatilidade de 78,97% aproximadamente e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 10,58%.

O valor justo de cada ação concedida é R\$3,39 estimado na data de concessão usando o *modelo Monte Carlo* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série D1: (a) expectativa de dividendos de 0,00%, (b) expectativa de volatilidade de 53,97% aproximadamente e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 11,39%.

A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 31 de dezembro de 2025 é de 1,95. A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$0,01.

A movimentação da quantidade de opções outorgadas, a média ponderada do preço de exercício e a média ponderada do prazo remanescente são apresentadas no quadro abaixo:

	Ações	Média ponderada do preço de exercício	Média ponderada do prazo contratual remanescente
	Em milhares	R\$	Em anos
Total a exercer em 31 de dezembro de 2024	22.460	0,01	2,94
Canceladas durante o período	(7.990)		
Exercidas durante o período	(1.086)	0,01	
Total a exercer em 31 de dezembro de 2025	13.384	0,01	1,95

O valor registrado no resultado da Controladora e Consolidado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$17 (R\$20 em 31 de dezembro de 2024).

24.4 Programa de remuneração baseado na variação do valor das ações (*Phantom Stock Options*)

Em contrato celebrado entre a Companhia e determinados administradores elegíveis em 16 abril de 2024, foi aprovado o programa de incentivo de longo prazo que estabelece os termos e condições para o pagamento de um prêmio em dinheiro, referenciado ao valor da ação da Companhia.

Conforme os termos do programa, o beneficiário terá o direito de receber uma determinada quantidade de *phantom shares*, sem custos, condicionado ao cumprimento de manter-se vinculado como colaborador da Companhia. Cada *phantom share* equivale a uma ação ordinária de emissão da Companhia, estando sujeitas à valorização e flutuação de preço no tempo. Foram outorgadas 9.114.149 *phantom shares*, com período de carência (*“vesting”*) total de três anos. Sendo 25% da parcela exercível após 12 meses, 25% após 24 meses e os 50% restante após 36 meses. A última parcela, referente aos 50%, está atrelada a performance da ação podendo variar de 0% a 200%.

Em 31 de dezembro de 2025 o valor do passivo correspondente a esse prêmio, incluindo encargos sociais, está registrado no passivo não circulante o montante de R\$10 e um efeito no resultado do período de R\$10.

24.5 Reserva de subvenção (incentivos fiscais)

Os incentivos fiscais concedidos pelos Estados passaram a ser caracterizados como subvenções para investimentos, não alcançados pela tributação do imposto de renda e da contribuição social.

Os respectivos montantes desses incentivos deverão ser alocados, no patrimônio líquido, em conta de reserva de incentivos fiscais. Conforme previsto no artigo 30 da Lei nº 12.973/14, a referida reserva poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou para aumento de capital.

Esse mesmo dispositivo legal prevê que os valores computados na reserva de incentivos fiscais não deverão compor a base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório, devendo a Companhia submeter valores que venham a ser destinados aos sócios ou acionistas à tributação pelo IRPJ e CSLL.

Em 29 de junho de 2018, a administração deliberou a destinação de R\$48 para a reserva de incentivos fiscais inicialmente destinados a reserva de expansão decorrente de incentivos fiscais tratados como subvenções para investimentos outorgados a Companhia nos anos de 2013 a 2017 e em dezembro de 2018, foram destinados adicionalmente R\$10, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2019. Em dezembro de 2020, a Companhia destinou R\$9 à reserva de incentivos fiscais, aprovados em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2021. Em dezembro de 2021, foram destinados R\$2.282 à reserva de incentivos fiscais, com base acumulada nos créditos reconhecidos no imposto de renda do exercício, aprovados em Assembleia Geral Extraordinária. Em dezembro de 2022, foram destinados R\$613, sendo R\$235 referentes a incentivos fiscais gerados

em exercícios anteriores a 2022 transferidos da reserva de expansão e R\$378 a serem constituídos à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes. Em 29 de abril de 2024, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a compensação de prejuízo líquido acumulado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, mediante a utilização das seguintes reservas de lucros: (i) retenção de lucros: R\$1.931; e (ii) reserva de expansão: R\$511. Em 18 de fevereiro de 2025, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração a compensação do prejuízo líquido do exercício a utilização das seguintes reservas de lucro: (i) reserva de expansão: R\$114; e (ii) reserva de subvenção R\$2.293. Em 24 de fevereiro de 2026, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração a compensação do prejuízo líquido do exercício com a utilização da reserva de subvenção no valor de R\$291. O saldo de reserva de subvenção foi consumido na sua totalidade e deve ser reconstituído à medida que forem apurados lucros em períodos subsequentes. O valor remanescente do prejuízo líquido do exercício, no montante de R\$533, foi mantido registrado na rubrica de prejuízos acumulados.

24.6 Dividendos e Juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia.

O Estatuto Social da Companhia estabelece o pagamento mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, podendo ser superior conforme deliberação do Conselho.

A Companhia poderá pagar ou creditar juros a título de remuneração de capital próprio calculados sobre as contas do patrimônio líquido, observadas as taxas e os limites definidos em lei.

Em 2025 e 2024 não houve base para a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios.

25. Receita de venda de bens e/ou serviços

25.1 Política Contábil

Vendas de mercadorias

As receitas decorrentes da venda de mercadorias são reconhecidas pelo valor da contraprestação a que a Companhia espera ter direito quando o controle dos produtos é transferido ao cliente, o que ocorre, substancialmente, no momento da entrega das mercadorias nas lojas, quando a obrigação de desempenho é satisfeita. As receitas não são reconhecidas quando sua realização for incerta.

Receita de prestação de serviços

As receitas provenientes da atuação da Companhia e de suas subsidiárias como intermediadoras na venda de garantias estendidas, seguros de proteção financeira, seguros de acidentes pessoais, serviços de assistência técnica e recarga de celular são reconhecidas em base líquida, no momento da prestação do serviço, quando for provável que os benefícios econômicos fluam para a Companhia e que os valores possam ser mensurados de forma confiável.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

25.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Receita operacional bruta				
Mercadorias	20.347	19.819	20.346	19.819
Prestação de serviços e outros	175	159	354	297
Devoluções e cancelamento de vendas	(69)	(68)	(69)	(68)
	20.453	19.910	20.631	20.048
Impostos sobre vendas	(1.504)	(1.247)	(1.518)	(1.258)
Receita operacional líquida	18.949	18.663	19.113	18.790

26. Despesas por natureza

26.1 Política Contábil

Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo de aquisição das mercadorias destinadas à revenda, líquido de descontos comerciais e de acordos comerciais recebidos de fornecedores, acrescido das variações nos estoques e dos custos de logística diretamente atribuíveis.

Os acordos comerciais recebidos de fornecedores são mensurados com base nos contratos e acordos firmados entre as partes.

O custo das mercadorias vendidas inclui os custos das operações logísticas próprias ou terceirizadas, abrangendo armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos no custo de aquisição.

Despesas com vendas

As despesas com vendas compreendem os gastos diretamente relacionados às operações das lojas, incluindo, entre outros, salários e encargos, despesas de marketing, ocupação, manutenção e despesas com administradoras de cartões de crédito.

Os gastos com *marketing* referem-se a campanhas publicitárias realizadas pelo grupo, utilizando, principalmente, rádio, televisão, jornais e revistas. Os valores decorrentes de acordos comerciais relacionados a essas campanhas são reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas compreendem despesas indiretas e os custos das unidades corporativas, incluindo, entre outros, compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

26.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Custo com estoques	(12.540)	(12.379)	(12.558)	(12.394)
Despesas com pessoal	(2.611)	(2.767)	(2.669)	(2.819)
Serviços de terceiros	(440)	(403)	(457)	(421)
Despesas funcionais	(834)	(789)	(835)	(790)
Despesas comerciais	(615)	(589)	(619)	(590)
Outras despesas	(383)	(285)	(391)	(292)
	(17.423)	(17.212)	(17.529)	(17.306)
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	(13.809)	(13.584)	(13.845)	(13.618)
Despesas com vendas	(3.071)	(3.037)	(3.079)	(3.040)
Despesas gerais e administrativas	(543)	(591)	(605)	(648)
	(17.423)	(17.212)	(17.529)	(17.306)

27. Outras despesas operacionais, líquidas

27.1 Política Contábil

As outras receitas e despesas operacionais compreendem os efeitos de eventos relevantes ocorridos durante o exercício que, pela sua natureza, não se enquadram na definição das demais rubricas da demonstração do resultado do exercício.

27.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Parcelamento de impostos e contingências tributárias (*)	6	(468)	6	(468)
Gastos com integração e reestruturação	(253)	(251)	(253)	(252)
Resultado com ativo imobilizado (**)	(520)	(220)	(522)	(218)
Outros	-	-	-	(1)
Total	(767)	(939)	(769)	(939)

(*) Conforme nota 19.2 a Companhia aderiu, na modalidade parcelada, ao programa de Transação disciplinado pela Procuradoria do Estado de São Paulo, através do artigo 43 da Lei nº 17.843/2023. A Companhia registrou uma despesa no valor de R\$(66) referente a esse tema em 2024. Conforme nota 21.3 a Companhia registrou os efeitos da Transação com União Federal nos termos do Edital nº 27/2024 relativo ao INSS contribuições previdenciárias. O valor registrado foi uma despesa de R\$(192).

(**) Em 2025 inclui o montante de R\$(527) referente a redução ao valor recuperável do investimento da Companhia detido na Bellamar (nota 1.4). Em 2024 o valor R\$(137) refere-se a perda do valor recuperável de ativos (nota 14.3 e nota 15.2).

28. Resultado financeiro, líquido

28.1 Política Contábil

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo.

Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro – ou período menor, conforme o caso – ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pelo custo da venda de recebíveis durante o exercício, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento, bem como ajustes referentes a descontos.

28.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Despesas financeiras:				
Custo da dívida	(667)	(568)	(655)	(583)
Custo com antecipação de recebíveis	(100)	(73)	(101)	(73)
Atualizações monetárias passivas	(302)	(243)	(302)	(244)
Juros sobre passivo de arrendamento	(503)	(487)	(504)	(488)
Outras despesas financeiras	(117)	(90)	(118)	(91)
Total de despesas financeiras	(1.689)	(1.461)	(1.680)	(1.479)
Receitas financeiras:				
Rentabilidade de equivalentes de caixa e aplicações financeira	28	145	82	209
Atualizações monetárias ativas	331	25	333	28
Outras receitas financeiras	1	-	1	1
Total de receitas financeiras	360	170	416	238
Total	(1.329)	(1.291)	(1.264)	(1.241)

Os efeitos do *hedge* são contabilizados na rubrica "Custo da dívida" e estão divulgados na nota 18.

29. Lucro (prejuízo) por ação

29.1 Política Contábil

O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações de cada categoria em circulação durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado ajustando-se o lucro do exercício pelos efeitos dilutivos de instrumentos conversíveis ou opções de ações e o número médio ponderado de ações em circulação para refletir o efeito da potencial conversão desses instrumentos. Instrumentos de patrimônio são incluídos no cálculo do lucro diluído por ação somente quando sua conversão ou liquidação resultar em efeito dilutivo.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia e de suas subsidiárias somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

29.2 Composição

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e a média ponderada das ações ordinárias em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

	31.12.2025	31.12.2024
Numerador básico		
Lucro (prejuízo) básico alocado e não distribuído op. continuadas	(651)	(1.669)
Lucro (prejuízo) básico alocado e não distribuído op. descontinuadas	(173)	(738)
Lucro (prejuízo) líquido alocado disponível para acionistas	(824)	(2.407)
Denominador básico (milhões de ações)		
Média ponderada da quantidade de ações	490	446
Lucro (prejuízo) básico por ação (R\$) - operações continuadas	(1,32794)	(3,74106)
Lucro (prejuízo) básico por ação (R\$) - operações descontinuadas	(0,35289)	(1,65422)
Lucro (prejuízo) básico por ação (R\$) - total	(1,68083)	(5,39528)
Numerador diluído		
Lucro (prejuízo) diluído alocado e não distribuído op. continuadas	(651)	(1.669)
Lucro (prejuízo) diluído alocado e não distribuído op. descontinuadas	(173)	(738)
Lucro (prejuízo) líquido alocado disponível para acionistas	(824)	(2.407)
Denominador diluído		
Média ponderada da quantidade de ações (milhões)	490	446
Opções de compra de ações	21	17
Média ponderada diluída das ações (milhões)	511	463
Lucro (prejuízo) diluído por ação (R\$) - operações continuadas	(1,32794)	(3,74106)
Lucro (prejuízo) diluído por ação (R\$) - operações descontinuadas	(0,35289)	(1,65422)
Lucro (prejuízo) diluído por ação (R\$) - total	(1,68083)	(5,39528)

30. Informações sobre os segmentos

30.1 Política Contábil

A Administração considera que possui apenas um segmento denominado “Varejo”, que engloba as bandeiras “Pão de Açúcar”, “Mercado Extra”, “Minimercado Extra” e “Minuto Pão de Açúcar”. Os outros negócios compreendem a operação da Stix. As eliminações de resultados e de saldos patrimoniais são apresentadas no próprio segmento.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais de suas unidades de negócios com o objetivo de tomar decisões a respeito da alocação de recursos e avaliação de desempenho. O desempenho do segmento é avaliado com base no resultado operacional e é mensurado de forma consistente com o resultado operacional das demonstrações financeiras.

A Companhia está envolvida em operações de lojas de varejo localizadas em 11 estados e no Distrito Federal. Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor-Presidente.

O principal tomador de decisões operacionais destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos segmentos.

A Companhia considera que não é relevante divulgar informações de vendas por categoria de produto, uma vez que produtos similares são comercializados seguindo estratégias diferentes em cada um dos negócios, além de haver controles gerenciais diferentes dos segmentos. Dessa maneira, consideramos impraticável qualquer agregação de produtos para divulgação.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia calcula os resultados dos segmentos, utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, e o lucro operacional de cada segmento, que inclui algumas alocações de despesas indiretas corporativas. Frequentemente, a Companhia revisa o cálculo do lucro operacional de cada segmento, incluindo quaisquer alocações de despesas indiretas corporativas, conforme estabelecido pelas informações regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

30.2 Composição

As informações dos segmentos da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão incluídas no quadro a seguir:

Descrição	Varejo		Outros negócios		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Receita líquida de vendas	18.975	18.683	138	107	19.113	18.790
Lucro bruto	5.159	5.087	109	85	5.268	5.172
Depreciação e amortização	(1.024)	(1.029)	(20)	(16)	(1.044)	(1.045)
Equivalência patrimonial	60	64	-	-	60	64
Lucro operacional	(188)	(442)	19	6	(169)	(436)
Resultado financeiro líquido	(1.285)	(1.254)	21	13	(1.264)	(1.241)
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL	(1.473)	(1.696)	40	19	(1.433)	(1.677)
IR e CSLL	805	19	(14)	(7)	791	12
Lucro (prejuízo) de op. Continuadas	(668)	(1.677)	26	12	(642)	(1.665)
Lucro (prejuízo) de op. Descontinuadas	(173)	(738)	-	-	(173)	(738)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(841)	(2.415)	26	12	(815)	(2.403)
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ativo circulante	5.585	5.924	275	192	5.860	6.116
Ativo não circulante	12.486	13.507	80	80	12.566	13.587
Passivo circulante	6.801	6.128	283	228	7.084	6.356
Passivo não circulante	9.217	10.412	1	-	9.218	10.412
Patrimônio líquido	2.053	2.891	71	44	2.124	2.935

31. Transações não caixa

A Companhia teve transações que não representaram desembolso de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas Demonstrações do Fluxo de Caixa, conforme abaixo:

- Compras de imobilizado que ainda não foram pagos: na nota 14.6;
- Compras de ativo intangível que ainda não foram pagos: na nota 15.4;
- Novos contratos de arrendamento mercantil: na nota 22.3;
- Programa de Transação disciplinado pela Procuradoria do Estado de São Paulo: na nota 19.2;
- Valores indenizatórios a receber relacionados a contingências de IR/CSLL: na nota 9.

32. Ativos mantidos para venda ou distribuição

32.1 Política Contábil

A Companhia classifica um ativo não circulante ou grupo de ativos como mantido para venda quando seu valor contábil for recuperado, principalmente, por meio de venda, e não pelo uso contínuo. Esses ativos são mensurados pelo menor entre o valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda, sendo estas representadas por custos incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídas despesas financeiras e tributos sobre o lucro.

A classificação como mantido para venda ocorre quando a venda é altamente provável, o ativo está disponível para venda imediata em suas condições atuais e a Administração está comprometida com um plano formal de venda, com expectativa de conclusão em até um ano a partir da data da classificação.

Quando a classificação envolve a perda de controle de uma subsidiária, todos os seus ativos e passivos são classificados como mantidos para venda, e o respectivo resultado líquido é apresentado como operação descontinuada.

O imobilizado e o intangível classificados como mantidos para venda não são depreciados ou amortizados. Os ativos e passivos mantidos para venda são apresentados separadamente como circulantes no balanço patrimonial.

Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda.

A Companhia avançou nas negociações de venda de postos de combustíveis localizados em diversas regiões do Brasil por meio de várias transações com diferentes compradores, no entanto, alguns postos ainda seguem sob administração da companhia até atingir as condições precedentes (nota 1.3).

Em dezembro de 2025, a Companhia celebrou contrato com o Itaú Unibanco Holding S.A. para a alienação da totalidade das ações da Bellamar de sua titularidade. O Fechamento da operação está condicionado ao cumprimento de determinadas condições precedentes (nota 1.4). Em razão disso, o investimento na Bellamar foi reclassificado para Ativo Mantido para Venda.

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

32.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Postos de Combustíveis	50	114	53	122
Investimento Bellamar	320	-	320	-
Ativos mantidos para venda ou distribuição	370	114	373	122
Postos de Combustíveis	71	106	78	117
Passivos relacionados aos ativos mantidos para venda ou distribuição	71	106	78	117

33. Operações descontinuadas

33.1 Política Contábil

Uma operação descontinuada é um componente da Companhia que foi alienado ou classificado como mantido para venda e que representa uma linha de negócios ou área geográfica distinta e relevante.

O resultado das operações descontinuadas, incluindo o resultado após os impostos e os ganhos ou perdas na alienação, é apresentado separadamente na demonstração do resultado do exercício, com representação das informações comparativas, quando aplicável.

33.2 Operação descontinuada - Extra Hiper, ex-subsidiárias e postos de combustíveis

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia iniciou o processo de desmobilização e descontinuidade das operações da bandeira Extra Hiper, cujo resultado líquido passou a ser apresentado como operação descontinuada.

A Companhia também permanece responsável por determinadas contingências tributárias e trabalhistas relacionadas à sua antiga subsidiária Globex.

Adicionalmente, as negociações para alienação dos postos de combustíveis foram concluídas e a transação encontra-se em fase de atendimento e conclusão das condições precedentes, portanto, a operação está apresentada como descontinuada. Segue abaixo a demonstração do resultado:

	31.12.2025	31.12.2024
Receita líquida de vendas	1.266	1.506
Lucro bruto	106	128
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	77	22
Lucro do período	77	22

33.3 Reconciliação do lucro (prejuízo) líquido de operações descontinuadas

	31.12.2025	31.12.2024
Operação descontinuada Extra Hiper e ex-subsidiárias	(250)	(760)
Postos de Combustíveis	77	22
Lucro (prejuízo) das operações descontinuadas	(173)	(738)

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

34. Cobertura de seguro

A cobertura de seguros, em 31 de dezembro de 2025, pode ser resumida da seguinte forma:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da Cobertura	
		Controladora	Consolidado
Imobilizado e estoques	Riscos operacionais	11.586	11.586
Lucro	Lucros cessantes	5.652	5.652
Automóveis e outros (*)	Perdas e danos	399	432

(*) O valor acima informado não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE.

A Companhia mantém apólices de seguros específicas para cobertura de riscos de responsabilidade civil geral, no montante de R\$228, de responsabilidade civil de administradores (D&O), no montante de R\$134, e de riscos de proteção contra danos e responsabilidade cibernética (Cyber), no montante de R\$60, totalizando um valor de cobertura de R\$422.